



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO PROFISSIONAL EM
ESTUDOS DE FRONTEIRA

MONIQUE DOS SANTOS JACQUES

O BLOG COMO FERRAMENTA DIGITAL PARA PROFESSORES DE
LÍNGUA FRANCESA

MACAPÁ

2022

MONIQUE DOS SANTOS JACQUES

**O BLOG COMO FERRAMENTA DIGITAL PARA PROFESSORES DE
LÍNGUA FRANCESA**

Relatório Técnico apresentado ao Curso de Pós-Graduação/Mestrado profissional em Estudos de Fronteira, Área de Concentração: Estado, Fronteira e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Iuri Cavlak

Coorientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina
Nascimento Day

MACAPÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

- J21 Jacques, Monique dos Santos.
O blog como ferramenta digital para professores de língua francesa / Monique dos Santos Jacques. - 2022.
1 recurso eletrônico. 84 folhas.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira, Macapá, 2022.
Orientador: Iuri Cavlak.
- Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Políticas linguísticas. 2. Blog. 3. Francês - língua estrangeira. I. Iuri Cavlak, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 410

JACQUES, Monique dos Santos. **O blog como ferramenta digital para professores de língua francesa.** Orientador: Iuri Cavlak. 2022. 84. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

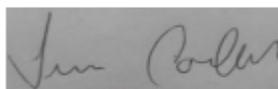
MONIQUE DOS SANTOS JACQUES

**O BLOG COMO FERRAMENTA DIGITAL PARA PROFESSORES DE
LÍNGUA FRANCESA**

Relatório Técnico apresentado ao Curso de Pós-Graduação/Mestrado profissional em Estudos de Fronteira, Área de Concentração: Estado, Fronteira e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Aprovado em: 11 / JULHO / 2022

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Iuri Cavlak
Orientador – PPGEF/UNIFAP



Profa. Dra. Kelly Cristina Nascimento Day
Coorientador – UEAP

Documento assinado digitalmente
gov.br CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS
Data: 19/11/2022 13:14:04 -0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins
Avaliador Interno – PPGEF/UNIFAP



Profa. Dra. Érika Azevedo
Avaliador Externo – Colegiado de Letras/UNIFAP

Ao meu amor maior, Tomás Jacques, dedico.

AGRADECIMENTOS

Ver este trabalho concluído me faz ser, cada dia mais, grata à Deus. Foi Ele quem me segurou no colo todas às vezes que eu mais precisei na vida e para a conclusão deste ciclo não foi diferente. À Ele toda honra e toda glória sejam dadas. Em terra, Ele me presenteou com pessoas me acolheram antes e durante esse processo de estudos intensos e, de certa forma, são o motivo de eu ter chegado ao término deste mestrado.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Iuri Cavlak pelos momentos que dedicou a me ajudar e pelos conselhos preciosos para a construção desta pesquisa. Sua forma serena de conduzir seus trabalhos é extremamente valiosa.

Estendo meus votos de estima à Professora Doutora Kelly Day que, sábia e humanamente, instruiu-me durante grande parte dessa jornada compartilhando seu vasto conhecimento sobre a política linguística. Professora Kelly nos contagia de forma a fazer acreditar que somos capazes de evoluir mesmo nas dificuldades ao qual se possa passar. Também sou grata a professora por ter me acolhido e dado a oportunidade de integrar o Grupo de Estudos da Paisagem Linguística Amazônica Amapaense (GEPLAMA).

As professoras da rede estadual de ensino que acolheram ao projeto e contribuíram de forma imensurável para que ele, de fato, acontecesse. Meus sinceros e fraternos agradecimentos as professoras Hanna Lima, Sarah Gibson e Graziela Costa pois sem a colaboração de cada uma de vocês esse projeto não teria evoluído.

Gostaria de estender meus agradecimentos a professora e a atual presidente da Associação de Professores de Francês do Amapá (APROFAP) a senhora Lara Máisa Silveira que não mediu esforços e sempre me atendera ao que fora necessário, inclusive colaborando com suas atividades na idealização do blog.

Ao Professor Edson Conceição reitero meus votos de fraterno agradecimento, pois muitas vezes quando sabia por qual caminho percorrer para elaboração do blog ele me ajudou. Me deu orientações de sites para elaborar atividades mais criativas ou que hospedavam blogs, além de colaborar com suas atividades nas postagens do TucujuFle. Professor Edson tem um conhecimento espetacular nessa área tecnológica e usa de forma esplendorosa a favor da educação.

Ao meu filho Tomás Jacques peço desculpas por todos os momentos em que precisei estar ausente. Peço desculpas pelas brincadeiras que não pudemos fazer, pelos estresses que passei e muitas vezes descontei em você, pelos passeios que não fomos, pelas terapias que faltamos, pelas noites que dormimos separados e por todos os outros momentos que tivemos

que abdicar. Pode não parecer, mas foi pensando em você e em todas as melhorias que virão que tivemos que passar por toda essa fase menos colorida da nossa história de mãe e filho.

Aos meus pais Lana Cristina Queiroz dos Santos e Edmilson Pureza Jacques agradeço por todo esforço que sempre fizeram para que eu e meus irmãos tivéssemos acesso a uma educação de qualidade abdicando, quase sempre, deles mesmos e de suas vontades em favor dos filhos. Chegar até aqui é o reflexo de todas as ações de um passado regado aos seus esforços.

Aos meus irmãos Caroline dos Santos Jacques e Lui Guillaume dos Santos Jacques por serem meus parceiros de vida e estarem sempre comigo dividindo desde os momentos de gargalhada aos de menor alegria, mas sempre em cumplicidade fraternal.

Aos meus sobrinhos Davi, Júlia e Ísis desejo que vocês sonhem alto e aproveitem todas as oportunidades que a vida lhes der relacionada aos estudos e sejam perseverantes quanto a realização de seus sonhos. Cada um de vocês tem uma parte significativa do meu coração. Cresçam e voem, meus pequenos!

Agradeço ao meu companheiro de luta diária, Jefferson do Nascimento Jacques. Você sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis me oferecendo o que de melhor há: uma palavra de incentivo, um carinho e um café. O que seria de mim sem você? Caminhar até aqui não foi nada fácil, mas sem a sua ajuda o fardo teria pesado bem mais. Obrigada por cuidar de mim e do nosso pequeno tão bem.

Aos meus tios, tias, primos, primas, amigos e amigas sintam-se agraciados também neste momento, pois vocês souberam entender cada momento em que não pude estar presente em suas vidas para poder conquistar essa tão sonhada vitória. Muitos de vocês também foram mola propulsora neste ciclo.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Michel Foucault

RESUMO

Amapá e Guiana Francesa apresentam uma conexão que vai muito além da delimitação de suas respectivas fronteiras. Representados por Brasil e França, os dois territórios compartilham inúmeras experiências, nos mais diversos aspectos, ao longo de anos. No decorrer deste trabalho, buscou-se mostrar o quão imbricados ambos estão e de que maneira a língua exerce seu papel fundamental nessa relação. Para tanto, é proposto a elaboração de um blog para ser usado como ferramenta didática nas escolas da Rede Estadual de Ensino, uma vez que a disciplina de Língua Francesa não é contemplada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático e, portanto, não possui livro didático para ser usado em sala de aula por professores e alunos no decorrer do ano letivo. A ferramenta digital em questão funcionará como um banco de dados em que estarão hospedados de forma online e gratuita textos e atividades que podem ser utilizados por professores e alunos durante as aulas de Francês Língua Estrangeira. O material elaborado contempla, nesse primeiro momento, os conteúdos do 6º ano do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: políticas linguísticas; blog; francês língua estrangeira.

ABSTRACT

Amapá and French Guiana submit a connection that goes beyond the delimitation of their respective borders. Represented by France and Brazil, the two territories share many experiences, in several aspects, over the years. In the course of this work, we sought to show how imbricated both are and how language plays its fundamental role in this relationship. For this purpose, it is proposed the elaboration of a blog to be used as a didactic tool in schools of the State Education, since the French Language course is not covered by the National Book and Teaching Material Program and, consequently, does not have a textbook to be used in the classroom by teachers and students during the school year. The digital tool t hand will work as a database where texts and activities will be hosted online and free of charge that can be used by teachers and students during French Foreign Language classes. The material elaborated includes, at this first moment, the contents of the 6th year of Elementary School.

Keywords: linguistic policies; blog; french foreign language.

RÉSUMÉ

L'Amapá et la Guyane française ont un lien qui va bien au-delà de la délimitation de leurs frontières respectives. Représentés par le Brésil et la France, les deux territoires partagent d'innombrables expériences, sous les aspects les plus divers, au fil des années. Tout au long de cet article, nous cherchons à montrer comment les deux sont imbriqués et comment la langue joue un rôle clé dans cette relation. Par conséquent, il est proposé de développer un blog qui sera utilisé comme outil pédagogique dans les écoles du réseau d'éducation nationale, étant donné que la matière de la langue française n'est pas couverte par le programme national de livres et de matériel didactique et, par conséquent, n'a pas de manuel à utiliser en classe par les enseignants et les élèves pendant l'année scolaire. L'outil numérique en question fonctionnera comme une base de données où seront hébergés en ligne, gratuitement, des textes et des activités pouvant être utilisés par les enseignants et les élèves pendant les cours de français langue étrangère. Le matériel développé envisage, dans un premier temps, le contenu de la 6^{ème} année des écoles primaires.

Mots-clés: politiques linguistiques; blog; français langue étrangère.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	- Contorno geopolítico dos Arcos e suas áreas de abrangência	18
Mapa 2	- Localização da Guiana Francesa e do Condestado Franco-Brasileiro na América do Sul	19
Mapa 3	- Área dos municípios amapaenses da faixa de fronteira	21
Mapa 4	- A geografia da circulação na bacia do Rio Oiapoque (atual)	23
Quadro 1	- Línguas faladas na Guiana Francesa	24
Quadro 2	- Estrutura curricular de Língua Francesa (Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano)	47
Quadro 3	- Dados da jornada acadêmica-profissional dos educadores que colaboraram no projeto inicial do blog	51
Print 1	- Pasta virtual com os nomes dos professores	53
Print 2	- Atividade da professora Graziela Moraes da Costa	55
Print 3	- Atividade da professora Hanna Line Silva de Lima	55
Print 4	- Atividade da professora Lara Máisa Silveira Sousa	56
Print 5	- Atividade da professora Monique dos Santos Jacques	56
Print 6	- Atividade da professora Sarah Cristina Gibson Guedes	57
Print 7	- Atividade do professor Edson da Conceição da Silva	57
Desenho 1	- Logomarca do Blog	59
Print 8	- Página inicial do Blog	60
Print 9	- Exemplo de como está estruturado o site com as informações dos professores colaboradores	60
Print 10	- Página com as informações sobre localização onde o Blog foi desenvolvido e endereço eletrônico vinculado ao site	61
Print 11	- As seis propostas iniciais de atividades lançadas no Blog	63
Print 12	- Modelo de postagens com a disponibilização dos arquivos em dois formatos (Word e Pdf) para download	64

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APROFAP	Associação dos Professores de Francês do Amapá
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CERN	Conséil Européen pour la Recherche Nucléaire
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FF	Faixa de Fronteira
FLE	Francês Língua Estrangeira
HTML	Hypertext Markup Language
HTTP	Hypertext Transfer Protocol
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESAP	Instituto de Ensino Superior do Amapá
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
PL	Projeto de Lei
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro e Material Didático
RCA	Referencial Curricular Amapaense
SAPE	Secretaria Adjunta de Políticas de Educação
SEED	Secretaria de Estado da Educação
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
WWW	World Wild Web

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	AS FRONTEIRAS LINGUÍSTICO-CULTURAIS ENTRE NAÇÕES	16
2.1.1	A fronteira franco-brasileira	17
2.1.2	A cooperação transfronteiriça	26
2.2	POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO	29
2.2.1	Gestão in vivo e in vitro	30
2.2.2	Política Linguística Educativa	32
2.2.2.1	Programa Nacional do Livro e do Material Didático	33
2.2.2.2	Base Nacional Comum Curricular e suas implicações	34
2.2.2.3	O lugar do francês no Referencial Curricular Amapaense	37
2.3	O BLOG COMO FERRAMENTA DIGITAL NO ENSINO DE LÍNGUAS	41
2.3.1	O blog no âmbito das metodologias ativas	44
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	46
3.1	LEVANTAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS	47
3.2	ELABORAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO	50
3.2.1	O convite para o processo de criação do blog	50
3.2.2	Recebimento e padronização das atividades	53
3.2.3	O blog	58
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXO A - LAUDO ARBITRAL DE 1900 – BRASIL/FRANÇA	70
	ANEXO B - ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA	75
	ANEXO C - PARECER Nº 028/2022-CEE/AP – LÍNGUA FRANCESA NO SISTEMA DE ENSINO	79

1 INTRODUÇÃO

É comum verificar no Estado do Amapá situações em que se tem a Língua Portuguesa e Língua Francesa imbricadas. Devido a aproximação geográfica do Estado com a Guiana Francesa existe uma facilidade para situações de comunicação e interação social entre brasileiros e guianenses.

O município de Oiapoque, por exemplo, acolhe intensamente em seu dia a dia essa vivência com os habitantes do país vizinho. São diversas as experiências contempladas na cidade em que há a necessidade de troca de informações, ora em Língua Portuguesa, ora em Língua Francesa. A própria paisagem linguística do local sugere nuances entre os dois idiomas. São placas, avisos, panfletos, faixadas de lojas, circulação das moedas oficiais de cada país entre outros. A comunicação visual ou verbal nos dois idiomas é constante.

As escolas da Rede Estadual de Ensino ofertam o ensino de Língua Estrangeira permeando entre o Francês, o Espanhol e o Inglês. Para tal discussão, será abordado o ensino da Língua Francesa. Os alunos acompanham a disciplina de forma progressiva do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Em alguns casos, a Língua Francesa chega a ser ofertada no ensino médio do 1º ao 3º ano.

Não existe material didático, específico da disciplina de Francês Língua Estrangeira (FLE), que seja elaborado e distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O que se tem e que na maioria das vezes é utilizado durante as aulas de FLE são manuais de editoras externas e para que o educador tenha acesso a esse material acaba por investir com verbas do próprio bolso. Isso, para um único exemplar, pois é inviável, financeiramente, para o educador adquirir exemplares para toda a demanda escolar.

A proposta lançada neste relatório concebe um Banco de Dados Online, um blog, especificamente, com o intuito de que este possa ser utilizado como recurso didático por professores e alunos de Francês Língua Estrangeira, assim como a comunidade em geral. O blog é composto, inicialmente, por propostas de atividades que visam as habilidades de produção oral, compreensão e produção escrita voltados para o processo de ensino-aprendizagem de língua francesa.

O Blog é uma proposta didática pensada para que professores e alunos de Língua Francesa possam ter acesso a textos e exercícios produzidos pelos próprios professores de Francês da rede estadual de ensino. Para além das características supracitadas, compõem o

acervo do blog informações relevantes no que tange a política linguística educativa e o ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil.

Para este primeiro momento, o trabalho foi elaborado abrangendo o currículo do 6º ano do Ensino Fundamental trazendo como foco a compreensão e produção escrita e a produção oral dos alunos nos estudos da língua em destaque.

O interesse dos professores pelas ferramentas digitais para uso em sala de aula intensificou-se desde que a internet trouxe a possibilidade de interação entre os usuários. Foi através dessa oportunidade que a criação de blogs adentrou as barreiras da sala de aula e somou ao trabalho desenvolvido entre professores e alunos trazendo, dessa vez, a criatividade como grande aliada nessa nova empreitada.

A escolha por essa abordagem metodológica deu-se frente às adversidades que se sucederam, recentemente, em decorrência da pandemia de Coronavírus e a importância inconteste da internet neste período. As práticas pedagógicas que se concentravam, em sua maior parte, no ambiente escolar presencial tiveram que ser, de uma hora para outra, voltadas para o meio remoto para uma parte da população estudantil¹, haja vista que as aulas presenciais foram suspensas como forma de prevenção ao contágio do vírus.

A maioria das profissões, durante esse período conturbado de distanciamento social, tiveram que passar por um momento de internalização para entender o processo ao qual todos foram submetidos e traçar novos métodos para tentar minimizar os impactos causados pela pandemia. No campo educacional não foi diferente. Assim:

Nessa perspectiva, do ponto de vista educacional, o docente necessita, além de compreender essa nova realidade, adaptar a sua prática ao contexto atual de comunicação a qual estamos inseridos, de modo que articule esses recursos tecnológicos com os conteúdos trabalhados, proporcionando novas formas de comunicação e difusão do conhecimento. (VIEIRA; DE PAULA BELO; FREIRE, 2020, p. 5).

Levando em consideração as estratégias de ensino que pudessem ser traçadas, em que pese o novo ambiente escolar, surgiu a ideia de se criar um espaço virtual com finalidade educativa onde os conteúdos da disciplina de Língua Francesa assim como informações relacionadas a essa temática fossem abarcados e levados para conhecimento da comunidade em geral, uma vez que o acesso ao blog é livre.

¹ Ênfase que a medida fora tomada para uma parte dos estudantes pelo fato de existirem aqueles que, por não possuírem acesso à internet, as escolas juntamente com os professores sob recomendação da Secretaria de Educação do Estado, tiveram que adaptar outras formas de materiais para que o aluno pudesse ter acesso ao conteúdo desenvolvido durante o ano letivo.

O intuito é fazer com que os professores de FLE tomem conhecimento sobre a ferramenta disponibilizada na internet, apropriem-se do material didático para uso em sala de aula e possam registrar suas contribuições no decorrer dos acessos. A dinâmica entre os usuários do blog e o material didático se estabelecerá a partir do momento em que ações propostas pela ferramenta comecem a ser executadas na prática da sala de aula seja na execução das atividades sugeridas, impressão dos exercícios e textos propostos, acesso da turma ao blog, lançando mão de alguma ideia criativa, sugerindo novas atividades, compartilhando com outros professores, alunos e comunidade em geral sobre o blog ou mantendo-se atualizado nas informações que forem pertinentes às políticas linguísticas.

A Secretaria de Educação do Estado lançou no ano de 2015 Propostas Curriculares que abrangem o currículo de todas as disciplinas. É deste material elaborado pela SEED que os assuntos para compor o blog estão embasados. A priori, o conteúdo fora elaborado para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, pois nas escolas públicas, é a partir desse momento que se introduz o ensino a Língua Estrangeira.

Dessa forma a pergunta norteadora dessa investigação é: De que maneira a ausência de Políticas Linguísticas Educativas que coordenem o ensino de Francês no Estado do Amapá pode afetar os trabalhos desenvolvidos por professores de Francês Língua Estrangeira?

De acordo com o exposto, a investigação teve como objetivo geral elaborar um Blog voltado para o Ensino de Francês Língua Estrangeira a partir das Propostas Curriculares da Secretaria de Estado da Educação para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, e, como objetivos específicos: a) fazer o levantamento bibliográfico dos conteúdos do 6º ano do Ensino Fundamental que podem ser utilizados no blog; b) produzir o objeto do conhecimento que será postado no blog ,e, c) abrir um canal de comunicação com a rede docente de professores de francês que dê acesso a materiais didáticos e às políticas linguísticas educativas seguidas pela rede pública para o ensino dessa língua.

Para tanto, o relatório foi desenvolvido em quatro etapas. O primeiro momento fora endossado com o conceito de fronteira e como suas múltiplas conjecturas revelam-se no cenário vivenciado entre Amapá e Guiana Francesa. Em segunda instância, é feito um panorama sobre as formas de gerência da língua e as possibilidades que permeiam esse processo no âmbito da política linguística educativa. No terceiro momento é trazido para discussão os conceitos sobre blog e metodologias ativas e como esta ferramenta digital pode abarcar o ensino de línguas. Por último é apresentada a sequência didática do blog como proposta de material didático.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS FRONTEIRAS LINGUÍSTICO-CULTURAIS ENTRE NAÇÕES

Quando se pensa o termo fronteira é muito comum vir, a princípio, a ideia de algo que possa delimitar ou demarcar um território, estando intimamente ligado ao limite geográfico. Entretanto, na prática, a palavra apresenta um significado muito mais abrangente, uma vez que esse conceito pode vir atrelado a diversas questões podendo perpassar pelo âmbito econômico, político, social, linguístico, educacional, cultural, entre outros.

O espaço concebido por uma região fronteira dá conta de um palco riquíssimo em que língua e cultura se fazem fortemente presentes constituídos por nações distintas atuando na representação da realidade e na forma como cada indivíduo vivencia a sociedade. A junção do que é produzido em ambos os lados da fronteira em colisão promove um espetáculo linguístico-cultural sem comparação.

Para alguns estudiosos, há uma forte relação entre língua e cultura em que os dois conceitos estão imbricados de modo que não se consegue abordar o conceito de um sem falar no outro. Day (2019a) aponta que fronteira é um terreno fértil para ambivalências e um lugar propício para construir diálogos. Seguindo nesta premissa Day (2019a) afirma:

As regiões situadas ao longo das fronteiras têm identidades próprias, cujas marcas de pertencimento estão relacionadas com suas necessidades e características específicas e com a proximidade do país vizinho. No reforço dessas identidades, língua e cultura são elementos centralizadores que permitem às pessoas contribuir para reforçar estas identidades. É preciso, portanto, pensar um ensino (e uma aprendizagem) que considere as necessidades da sociedade, o que se justifica por uma interpretação e uma perspectiva política. (DAY, 2019a, p. 121).

Para tanto é imprescindível que, ao lançar mão de estudos que contemplem a região de fronteira, sejam observadas e respeitadas as dinâmicas existentes em que pese a realidade vivenciada pela comunidade em questão. O Brasil possui fronteiras com diferentes domínios linguísticos e culturais e, uma vez que variem de região para região, automaticamente, seus domínios e áreas de interesse também mudam. Souza (2019) ressalta que os espaços fronteiros são de convergência entre cultura, língua e etnia onde identidades singulares se constroem e se transformam coletivamente.

2.1.1 A fronteira franco-brasileira

Uma das muitas palavras que podem formular uma descrição sobre o cenário compartilhado na região de fronteira é diversidade. Cultura, linguística, religião, economia, legislação. Tudo o que se pode englobar nessa variedade sugere a necessidade de criação de políticas públicas, em seus mais diversos campos, em que pese o bem comum das comunidades fronteiriças em questão.

Segundo Oliveira e Morello (2019), o Brasil apresenta uma área de fronteira considerável chegando a ser a terceira maior do planeta com 15.735 km de extensão e perpassando por 10 países. Desse total, ainda é necessário frisar a área pertencente a Faixa de Fronteira (FF). A FF pode ser compreendida como uma região interna de 150 km de largura paralela a linha que divide a área terrestre do território nacional, segundo a Lei N° 6.634, de 2 de Maio de 1979. Para os autores:

A faixa de fronteira brasileira envolve 588 municípios - sendo 122 limítrofes, com 32 cidades gêmeas -, ocupa 27% do território nacional, está localizada em três regiões e em 11 estados, com limite em todos os países da América do Sul - exceto Equador e Chile. Dentro da faixa de fronteira vive uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. (OLIVEIRA; MORELLO, 2019, p. 54).

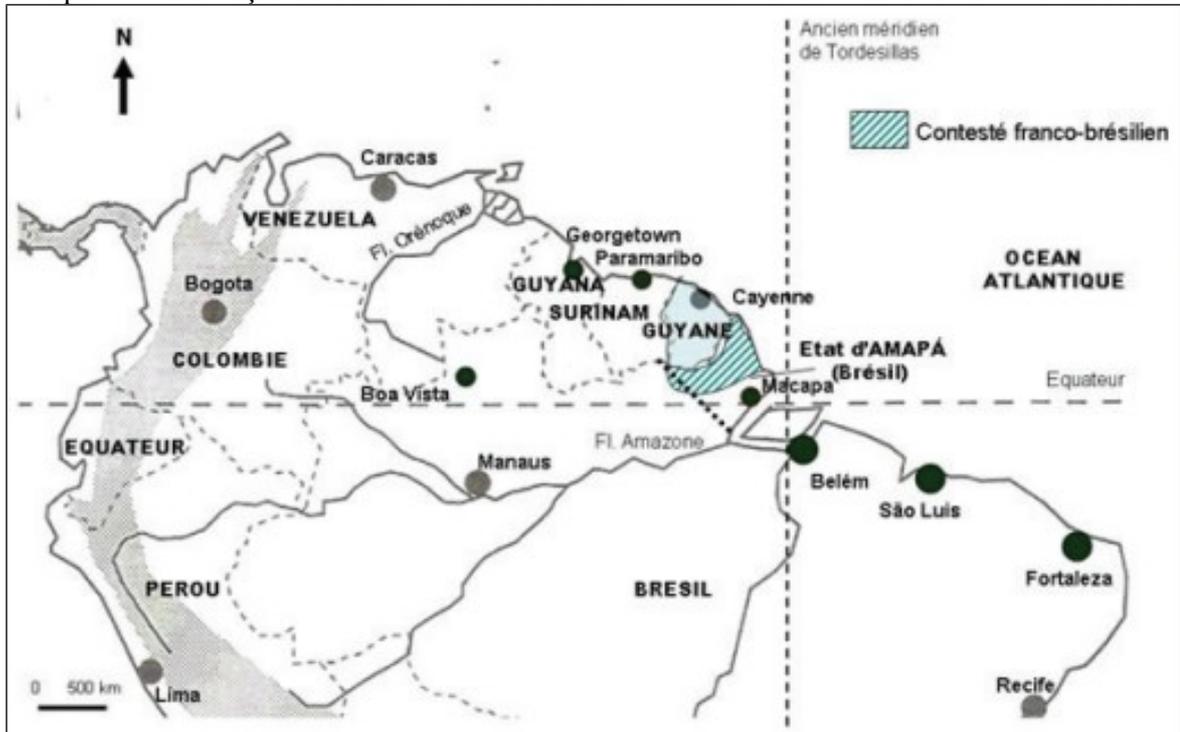
Considerando ainda as características geopolíticas do país, as fronteiras brasileiras são, de acordo com o Ministério da Integração Nacional do Brasil, divididas em três grandes arcos sendo eles: o arco norte, o arco central e o arco sul. O Arco Norte estabelece relação com Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Arco Central contempla um cenário entre Bolívia e Paraguai e, por fim, o Arco Sul com Argentina e Uruguai (MAPA 1).

Pelo fato da população brasileira se concentrar em sua maior parte em área litorânea, os arcos norte e central eram, até pouco tempo menos habitados. Isso também se deve ao fato de que grande parte dos dois arcos são constituídas pela Floresta Amazônica e pelo Pantanal Mato-grossense cujas áreas são de preservação ambiental. O arco sul, em contrapartida, traz uma concentração demográfica maior por estar alinhado ao setor econômico do país e pela facilidade de transposição entre as fronteiras uma vez que essas são, relativamente, acessíveis naquela região.

Mapa 1 – Contorno geopolítico dos Arcos e suas áreas de abrangência

Granger (2014) afirmam que a relação dessas duas nacionalidades teve início diversas vezes oscilando entre a aproximação e o distanciamento (MAPA 2).

Mapa 2 – Localização da Guiana Francesa e do Constestado Franco-Brasileiro na América do Sul



Fonte: Granger (2012).

O lado francês afirmava que o limite do seu território era o Rio Araguari. Enquanto que Portugal alegava ter como limite o Rio Oyapoque. A região contestada já havia sido legalmente reconhecida como pertencente a Portugal em dois momentos históricos. O primeiro diz respeito ao Tratado de Utrecht em 1713 e o segundo momento faz referência ao Tratado de Paris em 1817. Sobre isso Granger (2012) afirma:

O verdadeiro motivo, porém, da insistência dos brasileiros a recuperar este território entre Oyapoque e Araguari, além dessa hegemonia desejada sobre o Baixo-Amazonas, era que a posse, segundo eles, tinha sido internacionalmente reconhecida pelo tratado de Utrecht em 1713, com o apoio da Inglaterra, no momento dominante. Enfraquecidos pelas guerras na Europa, nunca os franceses teriam conseguido dos portugueses uma fronteira, no Araguari, tão perto do Amazonas. Por isso não tinham legitimidade ao alegar a posse deste território, sobretudo porque o tratado de Paris de 1817 tinha sido claríssimo em relação à definição do rio Oyapoque como limite. Por isso, tratando sobre a arbitragem helvética de 1900 que atribuiu definitivamente o Contestado ao Brasil, a historiografia brasileira usa o termo “*laudo suíço*” enquanto a francesa evoca o “*traité de Berne*” (tratado de Berna). Isso mostra que para o Brasil, a incorporação do Território Contestado não foi uma manifestação de expansionismo, mas sim de uma decisão de justiça, pelo reconhecimento oficial de uma injustiça que tirou da soberania brasileira um território que lhe tinha sido atribuído duas vezes com tratados internacionais, em 1713 e 1817. (GRANGER, 2012, p. 28).

A área pertencente ao Contestado restara oficialmente sem administração de 1841 a 1900. Durante esse período esta região fora neutralizada, não havendo quem representasse de forma legal os dois pretendentes. Entretanto, haviam pessoas que estavam a habitar o local e que se “autoproclamavam chefes vindos dos dois países na espera de uma solução definitiva. (GRANGER, 2012) e, então, no Contestado Franco-Brasileiro foi constituído um governo dual, com um representante brasileiro e outro francês, os quais prestavam contas do que sucedia na região à Belém e Caiena (MARTINS, 2008a).

A especulação francesa de que sua área limítrofe iria até o Rio Araguari caiu por terra no momento em que passaram a referir-se a vários rios diferentes entre o Oiapoque e Amazonas como sendo o Rio “Japoc ou Vicente Pinção” (GRANGER, 2012), rio que, segundo eles, demarcavam o limite do território francês. Em todos os momentos que foram cruciais para a definição deste marco fronteiro o Brasil sempre reconheceu apenas o Rio Oiapoque como sendo o seu limite territorial.

O fim da situação da área contestada deu-se entre 1899 e 1900 na cidade de Berna com a assinatura do Laudo Suíço arbitrando sobre o Rio Oiapoque ser, de fato, a fronteira entre Portugal e França, posterior Brasil e França. Além do mais, Barão do Rio Branco conseguiu comprovar que a França não ocupava a área territorial ao qual reivindicava sendo a ocupação efetiva o fator crucial para a decisão a favor do Brasil. Sendo assim, o laudo suíço fora efetivado com base no princípio do *Uti Possidetis*, em que cada nação conservaria as terras que de fato houvesse ocupado (MARTINS, 2008a).

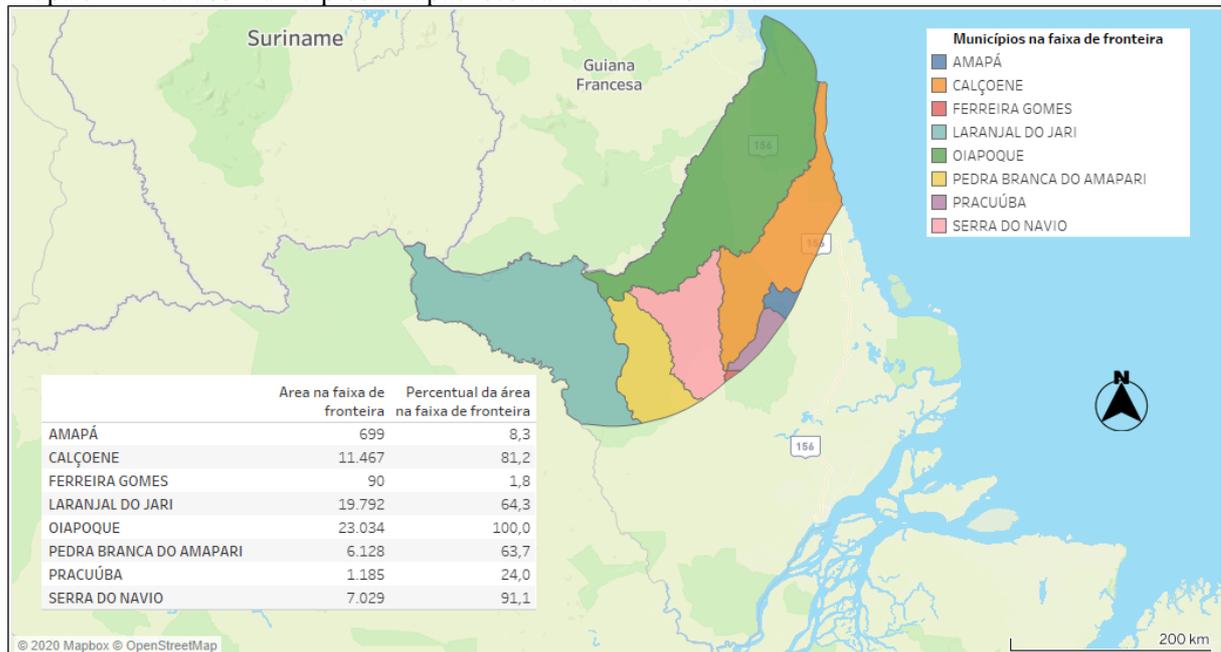
Segundo Sarney e Costa (1999, p. 30), como sentença o laudo suíço certifica, decide e pronuncia:

- I . Conforme o sentido preciso do art. 8 do Tratado de Utrecht, o Rio Japoc ou Vicente Pinação é o Oyapoc, que se lança no oceano imediatamente ao oeste do Cabo de Orange e que por seu thalweg forma a linha fronteira.
- II. A partir da nascente principal deste Rio Oyapoc até a fronteira holandesa, linha de divisão das águas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída, na sua quasi totalidade, pela linha da cumiada da serra Tumucumaque, forma o limite interior.

Na atual conjuntura, o Estado do Amapá, possui área total de 142.815 km² e está situado ao norte do Brasil. Sua população, segundo o censo do ano de 2010, é de 669.526 habitantes. Macapá é a capital do Estado e, conseqüentemente, a cidade que concentra a maior parte da população. Seus 16 municípios são: Macapá, Santana, Mazagão, Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Pedra Branca do Amaparí, Serra do Navio, Porto Grande Ferreira Gomes, Cutias, Tartarugalzinho.

A nordeste o Estado faz fronteira com o Suriname, ao sul e a Oeste com o Estado do Pará, a Leste com o Oceano Atlântico e ao norte com a Guiana Francesa. Com este departamento ultramarino pertencente a França, o Estado compartilha uma fronteira comum de 665 km (TOSTES; FERREIRA, 2016, p. 74). Dos 16 municípios amapaenses, oito estão alocados no que é considerado FF. São eles: Oiapoque, Calçoene, Amapá, Serra do Navio, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Pracuúba (MAPA 3).

Mapa 3 – Área dos municípios amapaenses da faixa de fronteira



Fonte: Elaborado por Joel Lima (2020).

Embora o Estado do Amapá esteja em um posicionamento geográfico estratégico em relação a Europa, por ser a parte brasileira mais próxima ao continente europeu com alto potencial para desenvolvimento da economia local, no que tange a exportação, o Estado ainda está longe de assumir papel de destaque nesse cenário, uma vez que possui infraestrutura mínima compatível para exercer tal função. Martins (2008) relata que o Amapá, em termos geopolíticos, coloca a Europa e a América do Sul como continentes vizinhos e em termos comerciais aproxima a União Europeia e o Mercosul.

No extremo norte do Amapá está situado Oiapoque. O município está localizado a, aproximadamente, 600 km da capital do estado – Macapá. Oiapoque foi criado em 1945 quando as terras, hoje do estado, ainda pertenciam ao território federal. Segundo Superti (2012) a colonização desta região fora pautada em políticas públicas e estratégias geopolíticas de segurança nacional devido sua condição de fronteira internacional com o território francês. Nesta área, os munícipes estão destinados, cotidianamente, a conviver com um fluxo intenso

de pessoas oriundas da Guiana Francesa que chegam ao lugar através de sua cidade vizinha Saint-George. Nascimento e Tostes (2008) dão conta que:

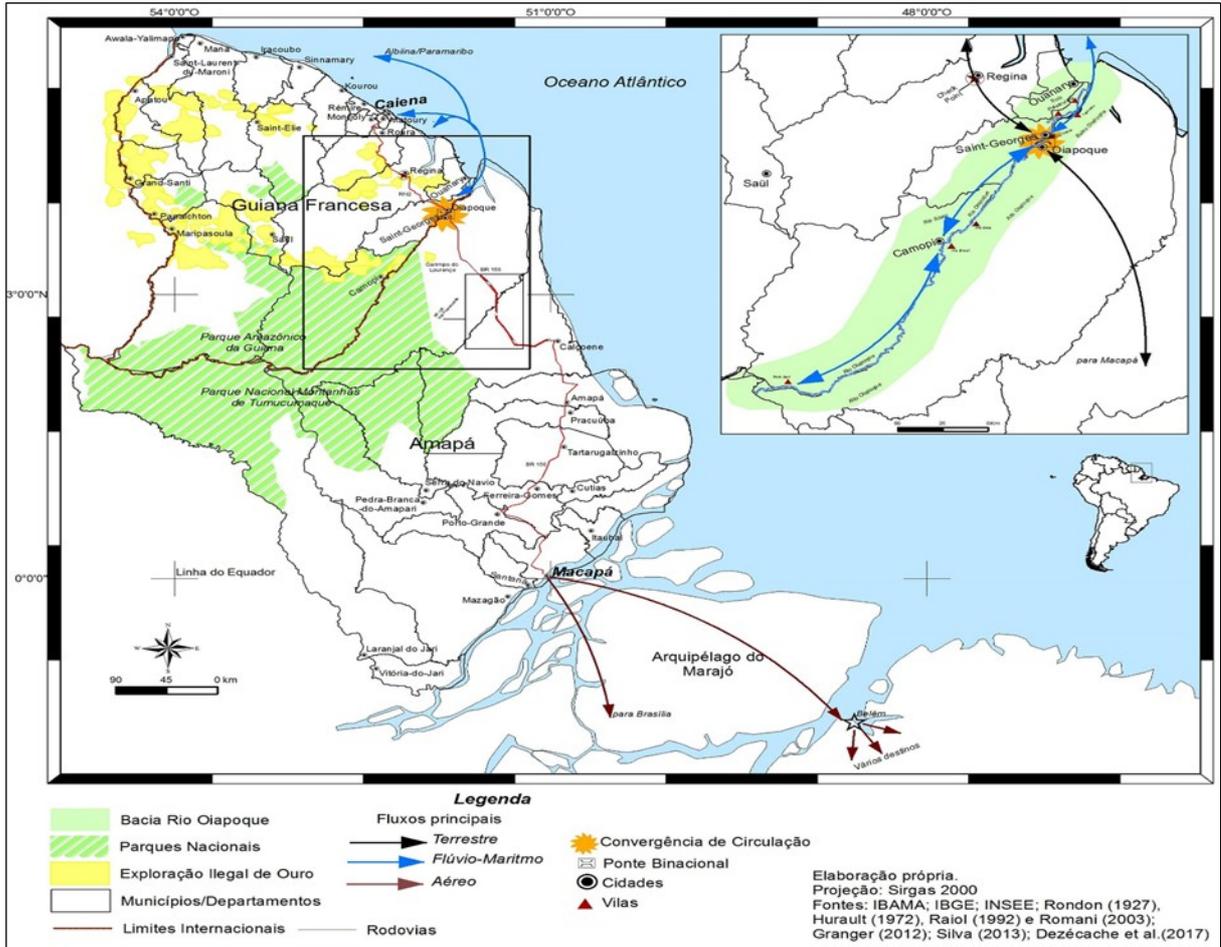
As origens de Oiapoque estão ligadas às políticas de povoamento, colonização e defesa do território nacional. Os primeiros sinais de povoamento do lugar que hoje é a cidade de Oiapoque, ocorreram no século XIX, através da presença de crioulos guianenses e antilhanos, que ocuparam o lugar dos índios Oyãmpis, que por vez, migraram em direção a Serra do Tumucumaque. O primeiro nome do povoado foi Martinica do Oiapoque. Em 1927 essa denominação foi mudada para Vila do Espírito Santo, por sugestão do Marechal Cândido Rondon, com o intuito de tirá-lo a conotação francesa. Em 1945 com a criação do Município, a Vila do Espírito Santo, como sede municipal, passou à categoria de cidade com a denominação atual: Oiapoque. Atualmente o Município de Oiapoque é constituído, além da sede, por Vila velha do Cassiporé, Taperebá e o distrito militar de Clevelândia do Norte. Grande parte das terras do Município é ocupada pelos parques nacionais: Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, além das terras indígenas, Uaçá, Galibí e Juminã. (NASCIMENTO; TOSTES, 2008, p. 2).

Os franco-guianenses e franceses têm acesso ao Estado pela fronteira entre Brasil e França, no caso pela Guiana Francesa, através da divisa entre Oiapoque e Saint-George. Nascimento e Tostes (2008) indagam que “tanto Oiapoque como Saint-George convivem com a dinâmica da fronteira através de fatores interativos como trabalho, comércio, serviços e terra”. Essas pessoas conseguem adentrar o país transportados pelos catraieiros que, ao atravessarem o Rio Oiapoque, chegam até o município.

Começa, então, um intercâmbio em suas múltiplas funções entre oiapoquenses, franco-guianenses e franceses. A comunicação empreendida por ambos é essencial para todas as situações desde a negociação da viagem a busca de informações turísticas dentre outros. Em todas essas circunstâncias faz-se necessário ora o uso da Língua Francesa, ora da Língua Portuguesa. Na região, para além das escolas públicas que ofertam o ensino de Língua Francesa em seu componente curricular, a única alternativa para aprender a língua do país contíguo é dada no cotidiano por meio das experiências compartilhadas no dia a dia das cidades fronteiriças.

Do outro lado do Rio Oiapoque está Saint-Georges. A cidade está situada na Guiana Francesa, que por sua vez é Departamento Ultramarino da França. O lugar é conhecido por ser porta de entrada para o Brasil. Assim, os franco-guianenses têm acesso (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019) ao território brasileiro através da circulação líquida (fluvial) (MAPA 4). Uma vez que estejam em Oiapoque podem estabelecer, posteriormente, conexão dura (terrestre) e conexão aérea (ponte aérea) para os demais lugares do país. A capital do departamento ultramarino francês é Caiena que fica distante, aproximadamente, 192 km de Saint-Georges.

Mapa 4 – A geografia da circulação na bacia do Rio Oiapoque (atual)



Fonte: Elaborado por Gutemberg Silva (2019)

Para Tostes e Ferreira (2016), Oiapoque e Saint-Georges, mesmo sendo considerados dois territórios periféricos, as duas cidades potencializam diversas sinergias que já existem ou existirão em um futuro próximo estreitando assim as dinâmicas entre ambos.

Há de se considerar também que esse é o palco onde se encontram União Europeia e Mercosul, duas das mais importantes alianças político-econômicas do mundo (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019). Em meio a este cenário em que diversas conjunturas se apresentam não se pode deixar de incorporar a relevância linguístico-cultural a qual esta zona está inserida. Segundo Day (2016a) existem pelo menos 30 línguas estrangeiras que estão em contato, rotineiramente, na Guiana Francesa. O Quadro 1 reflete a realidade linguística suscitada pela autora:

Quadro 1 – Línguas faladas na Guiana Francesa

6 Línguas indígenas	<i>Kali'na, wayana, wayampi, palhikwaki ou palikur, lokonoou arawak, teko ou émerillon</i>
5 Crioulos de base francesa	Crioulo guianense, crioulo haitiano, crioulo martiniquense, crioulo guadalupeano, crioulo

	<i>de Sant-Lucie</i>
4 Crioulos de base inglesa	<i>Nenge (e) e suas variações (aluku, ndyuka, pamaka e sranan tongo)</i>
1 Crioulo de base inglesa relexificado pelo português	<i>Saamaka</i>
5 Línguas européias	Francês, português, inglês da Guiana, holandês do Suriname e espanhol de Santo Domingo e países sul-americanos
3 Línguas asiáticas	<i>Hmong, hakka e cantonais</i>

Fonte: Day (2016a).

A região de fronteira compartilhada entre Oiapoque e Saint-Georges e os entraves pelos quais perpassam o ensino da Língua Francesa no Estado é apenas um dos pontos nessa discussão. O ensino da Língua Francesa vem ao longo dos anos seguindo por caminhos labirínticos visto que as leis, tanto na perspectiva nacional quanto local, voltadas para o ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil não cooperam para sua manutenção. Nessa linha Mendonça e Day (2019) argumentam:

A busca da unidade na diversidade, no âmbito de um país continental, composto por 27 unidades federativas e circunscrito por diferentes contextos linguísticos internos e zonas fronteiriças, naturalmente heterogêneas requer uma gestão equilibrada dos componentes linguísticos, respeito às especificidades e políticas linguísticas que garantam a exequibilidade de uma aprendizagem eficaz e contextualizada de línguas. (MENDONÇA; DAY, 2019, p. 175).

As escolas da rede estadual de ensino têm diminuído ou, em alguns casos, até mesmo cessado a oferta da Língua Francesa como opção para Língua Estrangeira em seus estabelecimentos pelo fato da nova Base Nacional Comum Curricular trazer em seu corpo a Língua Inglesa como LE obrigatória nas instituições de ensino do país.

Além de não dispor do direito a escolha do currículo escolar, em que pese as singularidades vivenciadas no Amapá, a BNCC trouxe desconforto na escolha de uma língua estrangeira que não segue a dinâmica da única fronteira francófona que o Brasil apresenta. Todo esse processo desencadeou aos gestores escolares e professores de FLE certa euforia pela incerteza dos tempos que seguem para a disciplina que, diga-se de passagem, já faz parte do currículo escolar dos estudantes amapaenses.

Não obstante, o fato do Estado não possuir uma política linguística educativa efetiva voltada para essa questão faz com que todo esse processo histórico seja enfraquecido. Muito embora não pareça, mas mesmo as questões linguísticas permeiam o campo político e quando não estão elencadas como prioridade acabam por cair, tristemente, no campo do

esquecimento. Sobre isso, Mendonça e Day (2019) afirmam que a ausência de direcionamento do Estado também é uma forma de agir sobre as línguas, inviabilizando o seu uso através da negação de sua existência ou de apoio que garanta sua manutenção.

A inexistência de uma coordenação institucional direcionada em dar continuidade aos trabalhos com a língua francesa no Estado faz com que os percalços pelas quais o ensino dessa língua perpassa acabem se agravando. Uma vez que não existam ações balizadoras em prol do ensino de FLE e não sejam tomadas medidas por parte dos agentes públicos responsáveis em representar a comunidade amapaense é deixar que parte de nossa história, enquanto região fronteira, seja desvalorizada.

Outro ponto a ser levado em consideração é o fato da disciplina de Língua Francesa não possuir, até o momento, um material didático que possa ser utilizado como base em sala de aula por professores e alunos. Durante o período em que frequenta a escola, o aluno recebe no início das aulas através do Programa nacional do livro e do material didático (PNLD) todos os livros que compõem seu ano letivo. Os livros são distribuídos para as escolas de forma gratuita pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, a disciplina de Língua Francesa não é contemplada pelo programa e permanece sem qualquer material didático proveniente do Governo Federal.

Em busca da otimização do tempo em sala, os professores são obrigados a traçar estratégias a todo momento para conseguir alcançar os objetivos almejados em cada planejamento de aula. Nas escolas estaduais, a hora aula gira em torno de 50 minutos e a carga horária disponibilizada para a disciplina de Língua Francesa é de duas horas aulas semanais, no máximo. É durante o período em sala de aula que o professor tem para apresentar o objeto do conhecimento para seus alunos e se nesse pouco tempo que é destinado para as aulas de língua estrangeira ainda for preciso colocar no quadro tudo o que será visto naquele dia tem-se o fator tempo como um dos grandes inimigos.

Dessa forma, grande parte das vezes, cabe aos professores o processo de investimento, elaboração e distribuição de todo o material que será visto pelos alunos durante o ano letivo. Toda essa inércia multifacetada do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, em relação a ausência de políticas públicas educativas no Estado relacionadas ao ensino de Língua Francesa vai de encontro ao que fora proposto e vivenciado anos atrás no Acordo Quadro de Cooperação Brasil-França.

2.1.2 A cooperação transfronteira

Em 28 de Maio de 1996, nascia em uma cerimônia simbólica na Fortaleza de São José de Macapá o Acordo Quadro de Cooperação Brasil-França. O acordo fora celebrado por Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, representando Brasil e França, respectivamente, e versava sobre a integração comercial entre as regiões desejosas em fortalecer as relações de amizade e parceria entre os dois Estados. Segundo Nascimento e Tostes (2008).

Os acordos bilaterais são os instrumentos utilizados pelos Estados Nacionais, para o aperfeiçoamento das relações com os países vizinhos, no sentido de promover uma maior integração socioeconômica e o desenvolvimento regional, a partir das zonas de fronteira. Inúmeros são os acordos estabelecidos entre o Brasil e os países limítrofes ao longo da faixa de fronteira brasileira. Entretanto a maioria desses acordos não se refere especificamente às questões das regiões de fronteira, e sim a questões gerais entre os países signatários. (NASCIMENTO;TOSTES, 2008, p. 1)

O acordo constitui um conjunto de ações que perpassam ao longo de 20 anos no intuito de promover a integração comercial entre os países fronteiriços. Vale ressaltar que a região de fronteira, concebida entre Amapá e Guiana Francesa, nem sempre transcorreu em uma relação harmoniosa como já abordado neste estudo. Todos os anseios que passaram a existir na ocasião da criação do Acordo Quadro foram de grande importância para que se pudesse cogitar a possibilidade de estabelecer uma relação amigável entre ambos.

Segundo Martins (2008a) durante pelo menos três séculos essa região foi palco de intensos conflitos diplomáticos relacionados a definição do limite fronteiriço motivando diversas negociações e tratados internacionais, primeiramente, entre Portugal e França, e depois entre Brasil e França.

Então, firmar um acordo Quadro de Cooperação entre os dois países, além de assinalar a transição de um século para outro, também se caracteriza pela prevalência das rupturas sobre as continuidades (MARTINS, 2008b), significa dizer que os entraves que se apresentaram no passado estavam sendo descontinuados. Seria o primeiro passo para a metamorfose fronteiriça (SILVA; RUCKERT, 2009), pois um acordo centrado na cooperação transfronteiriça era, até o momento, algo sem precedentes. Martins (2008b, p. 149) afirma que:

Na perspectiva do Amapá, a cooperação fronteiriça é o mecanismo institucional que pode viabilizar a abertura de um eixo de integração – a partir do Amapá – do Brasil com o Platô das Guianas e mais a Venezuela, através da rodovia Transguianense. O trecho brasileiro da Transguianense corresponde à rodovia federal BR-156, que se estende da capital do Amapá ao município fronteiriço de Oiapoque.

É a partir desse momento que o Amapá passa a vislumbrar um cenário de possibilidades junto a Guiana Francesa. Day (2019a) aponta que seis eixos foram traçados e tidos como prioritários durante a elaboração do acordo transformando-se nos pilares das ações em busca do estreitamento das relações entre Amapá e Guiana Francesa. São eles: pesquisa e desenvolvimento tecnológico, energia e transporte, desenvolvimento sustentável, saúde, educação, cultura e esportes. Ao eixo de cooperação educativa competiu:

A redefinição dos programas de ensino de língua estrangeira, a formação de professores, o desenvolvimento conjunto na área da pesquisa e aplicação de tecnologias educacionais, a fomentação de intercâmbio linguístico-cultural regular entre Amapá e a Guiana Francesa e a realização de ações conjuntas no âmbito da educação ambiental, para a saúde, para a cidadania e formação profissional. (DAY, 2019a, p. 126).

A autora destaca que um dos eixos que mais se beneficiou, a partir do acordo transfronteiriço, foi sem dúvidas o do setor educativo estimulando a política do ensino da Língua Francesa no Amapá e da Língua Portuguesa na Guiana Francesa. Pois, o aprendizado de línguas é considerado pilar para a construção de novas relações sociais. A LDB 9394/96 fora quem dera amparo legal para que as ações em torno do Acordo-Quadro e do acordo de cooperação transfronteiriça, no que tange o ensino de uma língua estrangeira assegurada as particularidades de cada lugar, pudessem ser viabilizadas.

As balizas feitas no que compete ao eixo educacional configuraram a época uma política linguística educativa forte e pautada em ações extremamente relevantes para a consolidação de uma relação amigável entre Amapá e Guiana Francesa. Em seus estudos sobre o período em volta do acordo, Day (2019a) revela que o setor educativo, em que as ações que promovem o ensino da Língua Francesa estão alocadas, pode ser dividido em quatro momentos: formação pedagógica, Assessoria técnica-pedagógica, Intercâmbio linguístico de docentes e discentes e Infraestrutura (física, técnica e pedagógica).

- **Formação Pedagógica:** ações voltadas para a formação continuada dos professores de francês do Estado visando a política de implantação do ensino de FLE no Amapá;
- **Assessoria técnica-pedagógica:** pautada na troca de experiências e procedimentos técnicos a assessoria técnico-pedagógica implantou medidas no campo do ensino de FLE;
- **Intercâmbio linguístico de docentes e discentes:** alunos e professores guianenses e amapaenses puderam participar de intercâmbios na França metropolitana, Guiana Francesa e Amapá no período de 1996 a 2002;

- **Infraestrutura (física, técnica e pedagógica):** dá conta do investimento realizado pelo Estado afim de colocar em prática as ações em prol da linguística educativa defendida.

As medidas tomadas entre os anos de 1997 a 2002 para que o ensino de FLE pudesse ser viabilizado no Estado através de estratégias governamentais foram as mais acentuadas durante essa trajetória. Durante esse período, desenhou-se um cenário linguístico em que as peculiaridades locais eram atendidas consolidando assim uma política linguística educativa planejada e implementada (DAY, 2016b).

Embora novas reuniões tenham acontecido durante o período entre os anos de 2003 a 2010, elas mostram muito mais um arrefecimento das ações que permeiam o eixo educativo do que verdadeiramente progresso, pontuando assim o quão antagônico pode ser a falta de políticas linguísticas educativas para uma comunidade linguística. Sobre isso Fonseca (2011) afirma:

Reconhecemos que o período de 2002 a 2007, as relações e parcerias entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa sofreram um desaceleramento, imputado principalmente pela falta de interesse político, principalmente do Governo do Estado do Amapá. O que é conhecido usualmente como descontinuidade na execução de projetos e programas. (FONSECA, 2011, p.18).

O período concebido a partir do ano de 2011 até os dias atuais demonstram claramente um total esquecimento no que diz respeito as medidas que pudessem envolver o ensino da Língua Francesa por parte das lideranças políticas que, por hora, representam o Estado. Por essas medidas entende-se o que poderia ser feito no âmbito de intercâmbio cultural entre os dois países, formação continuada para professores, incentivo ao ensino da Língua Francesa no Amapá e Políticas Linguísticas Educativas que valorizem as peculiaridades de única fronteira franco-brasileira. É explícito que o povo amapaense vivencia uma gestão nada acolhedora ao processo histórico de evolução que o Amapá um dia vivera com seu país vizinho.

Seria um ponto positivo, em suas mais diversas formas, se o Estado tivesse dado continuidade as ações balizadoras que foram efetivadas no passado ou parte delas. Ainda que novas ações não surgissem com o intuito de fortalecer os laços já estabelecidos, mas que pelo menos as que um dia foram concretizadas continuassem para o bem comum. Dessa forma, o Estado não teria regredido tanto em termos de cooperação com a Guiana Francesa.

2.2 POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO

São diversas as situações no campo linguístico que merecem cautela. A língua é considerada um objeto que, inevitavelmente, desperta interesse entre todo mundo (LAGARES, 2018). É imprescindível que, ao trabalhar políticas linguísticas voltadas a esfera educacional, seja feita uma abordagem sobre os conceitos que envolvem a Política Linguística e o Planejamento Linguístico.

Para tanto, pode-se inferir que Política Linguística e Planejamento Linguístico estão imbricados como se fossem um binômio (CALVET, 2007). Não há como tratar um do outro separadamente e aguardar que o resultado da intervenção feita seja positiva, pois ambos se complementam. Em tese, a política linguística deve anteceder o planejamento linguístico como forma de garantir que a intervenção que será executada seja fundamentada por aparatos legais e esses reflitam o que será posto em prática pelo planejamento.

Lagares (2018) destaca em seus estudos que a política linguística pode ser compreendida como uma forma de resolver “problemas linguísticos” dentro de sociedades multilíngues em que pesem as decisões sobre as funções que cada língua cumpriria no seu novo local de uso. Nesse campo de decisões, caberia a política linguística o ato de “equipar” a nova sociedade multilíngue com instrumentos dos quais não possuía anteriormente como ortografia, dicionário e gramática.

Ademais, “uma política sem planejamento é ineficiente, enquanto que um planejamento sem uma política que o anteceda tende ao fracasso” (TORMENA, 2007). Sob a ótica de Tormena (2007), o conceito de Política Linguística está relacionado com a determinação de decisões referentes as línguas e a sociedade (decisões do poder) ao passo que o Planejamento Linguístico se incumbe da implementação (ação). Como essas decisões sobre a língua perpassam pelo âmbito do poder, na grande maioria das vezes essas ações são de iniciativa do Estado ou de alguma entidade que ecoe certa autonomia política.

Entre os anos 1970 e 1980, nos Estados Unidos, o sintagma planejamento linguístico era batizado juntamente com a sociolinguística ou sociologia da linguagem pelos estudiosos que estavam a frente desta discussão a época. Entre os pesquisadores americanos e os europeus havia uma diferença no que tange ao campo conceitual entre política linguística e planejamento linguístico. Os linguistas americanos demonstram uma cautela maior em relação aos aspectos técnicos das intervenções constituídas pelo planejamento, enquanto os europeus voltam sua atenção para a política linguística – poder (CALVET, 2002).

Segundo Tormena (2007), o termo sugere um conceito que esteja ligado ao sentido prático da palavra em que um plano é estipulado, metas são estabelecidas, e junto a essas metas, os meios para atingi-las também possam decorrer. Notou-se que nas discussões

estabelecidas acerca de Política e Planejamento Linguístico existem relações de subordinação (CALVET, 2007) ratificando o planejamento como uma aplicação da política linguística. Lagares (2018) diz que para isso, é preciso levar em consideração tanto as relações socioeconômicas quanto as dinâmicas culturais e identitárias e as representações linguísticas que configuram a situação concreta na qual se realiza a intervenção. Ainda sobre planejamento linguístico o autor destaca:

O planejamento linguístico é entendido como uma forma de influir no futuro das línguas, sem que se pretenda, em qualquer caso, predizê-lo por completo, de acordo com um projeto perfeitamente delimitado, pois já neste momento há uma consciência clara de que dinâmicas sociais complexas podem conduzir os processos históricos em diferentes direções. (LAGARES, 2018, p. 21).

O Planejamento Linguístico é, necessariamente, um meio pelo qual o ato de trabalhar com as línguas perpassa. Os resultados vindouros dessa ação refletem, diretamente, o que fora proposto nesse estágio tão relevante quanto a própria política linguística. É de suma importância ressaltar que, para este momento, é levado em consideração a realidade vivenciada e que o processo pode sofrer alterações que refletem as dinâmicas sociais realizadas podendo assim tomar um caminho diferente do que fora, supostamente, esperado.

2.2.1 Gestão *in vivo* e *in vitro*

As políticas linguísticas permeiam ainda pelo que se denomina de gestão *in vivo* e *in vitro*. Em ambas, a língua permanece sendo o foco. Entretanto, um binômio se estabelece sobre as formas pelas quais essa gestão das situações linguísticas passa e duas alternativas de administrar a língua se apresentam, quais sejam a gestão *in vivo* e a *in vitro*.

Calvet (2002) postula que a gestão *in vivo* provém das ações e práticas geridas pela própria sociedade ou comunidade linguística mediante suas inquietações no que tange os problemas relacionados a comunicação. Ainda sob a perspectiva de Calvet (2007) o autor ratifica que na gestão *in vivo* refere-se a forma como as pessoas resolvem os problemas relacionados a comunicação nos quais se confrontam cotidianamente gerando assim o produto de uma prática. Portanto, essas decisões vêm de dentro para fora, pois nascem no seio da sociedade que, ao analisar suas possíveis problemáticas relacionadas a língua, começam um processo afim de conceber soluções.

A exemplo disto, se pode citar uma comunidade plurilíngue que ao perceber que uma de suas línguas pode desaparecer por não ser mais usada por seus falantes mais novos decide,

então, que essa língua seja usada cada vez mais nas escolas, nas reuniões dos líderes, em casa nas conversas diárias e em diversas situações que exigem uma comunicação mais intensa na tentativa de recuperar a vivacidade dessa língua. Esse tipo de medida oriunda da própria comunidade ao avaliar o problema e possíveis formas de ingerência se chama política *in vivo* em que a comunicação é assegurada pela “criação” ou “refuncionalização” de uma língua.

A gestão *in vitro*, por sua vez, transcende uma escala de ordem maior. Precisa vir de fora para dentro podendo perpassar, antes de chegar ao seu objetivo principal, por estudiosos da área, seio político e, conseqüentemente, pelas escolhas e decisões que estes tomam sobre a língua. As políticas *in vitro* são as intervenções que ocorrem mediante as práticas sociais. Os linguistas lançam mão de hipóteses acerca da língua como primeiro passo e, posteriormente, fica a cargo dos políticos decidir sobre as propostas que lhes foram apresentadas, assim como sua escolha e aplicação.

Uma vez que essa intervenção ocorra por pessoas que não estão inseridas naquela realidade, essa medida é considerada parte da gestão *in vitro*. Essas decisões nem sempre são acertadas ou postas em prática visando, de fato, o que fora estabelecido podendo gerar, às vezes, uma relação conflituosa quando essas escolhas não acolhem ao sentimento linguísticos dos seus falantes.

Como são medidas aferidas por quem está de fora daquela realidade, muitas vezes as políticas *in vitro* causam mais conflitos do que verdadeiramente uma intervenção. Isso se deve ao fato de que, na maioria das vezes, estas medidas são pensadas e estruturadas a partir de pessoas que tem uma visão geral da problemática instalada e não por aqueles que vivenciam, de fato, em seu cotidiano a situação a qual pretende-se apresentar uma alternativa.

2.2.2 Política Linguística Educativa

A política linguística educativa está alocada no âmbito da política linguística. Por política linguística educativa pode-se inferir todas as manobras feitas, de forma consciente, em prol do ensino e aprendizagem de uma língua. Vale ressaltar que estas ações podem ser voltadas tanto para o ensino da língua materna como para o ensino da língua estrangeira.

Beacco e Byran (2003 apud DAY, 2016b) ressaltam que a noção de política linguística educativa abarca não somente as políticas de ensino e de uso das línguas nos sistemas educativos, mas também as problemáticas em torno da educação cívica para o multilinguismo e para a alteridade linguística. Esse foi o primeiro conceito sobre política linguística educativa

e teve sua origem por volta de 1900 expandindo-se no decorrer da primeira década do século XXI.

Sob a perspectiva de Grin (2005), entende-se a política linguística educativa como uma política de gestão da diversidade. Logo, para o estudioso, faz-se necessário perceber a diversidade em todos os campos da política linguística.

Entende-se que o agente público é o maior articulador no que tange as políticas linguísticas podendo ele alavancar ou enfraquecer as balizas estabelecidas em favor do ensino-aprendizagem de uma língua. De forma legal, o Estado tem poder suficiente para designar, ou não, elementos que possam contemplar as políticas linguísticas.

Embora em muitos momentos, as decisões em torno de uma PLE reflitam as agendas políticas, ideológicas, sociais e econômicas dos estados nacionais (DAY, 2016b) estas ações deveriam, em tese, estar embasadas nas funções sociais que a língua exerce além de viabilizar meios que possam favorecer as demandas vivenciadas pelas comunidades linguísticas em detrimento aos interesses políticos. Quando essas premissas não são executadas e impera a voz do Estado através de determinações maiores instaura-se uma política linguística homogênea e hegemônica.

Shohamy (2006 apud DAY, 2016c) aponta que mecanismos como esses são entendidos como forma de política linguística oculta e que podem, por sua vez, vir arraigados por ações explícitas ou implícitas. A autora explica que as medidas explícitas são aquelas que estão previstas na forma da lei e as implícitas não são declaradas, muito embora estejam entrelaçadas nos aparatos pelos quais o Estado se utiliza para implementá-las.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) são exemplos claros do tipo de medida trazido por Shohamy (2006) apud (Day (2016c). A BNCC, documento que trata o currículo escolar vigente em todo território nacional, traz em seu corpo a obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa nas escolas de todo país desrespeitando as particularidades linguísticas que cada região compreende, sobretudo, as regiões concebidas por áreas fronteiriças.

O PNLD, por sua vez, distribui aos alunos das escolas públicas brasileiras os livros didáticos que serão vistos em sala no decorrer do ano letivo. Entretanto, o programa não contempla material didático para a disciplina de Língua Francesa, abarcando somente as línguas estrangeiras de inglês e espanhol.

São medidas como essas empreendidas pela BNCC e PNLD, ainda que de forma implícitas, associadas a falta de políticas linguísticas educativas que assegurem o ensino de

língua francesa no Estado do Amapá que ajudam a enfraquecer todas as balizas feitas anteriormente em prol de uma educação multicultural.

Day (2019b) revela que no âmbito das Políticas Linguísticas Educativas o Amapá desponta para, pelo menos, três vertentes: políticas para as áreas de fronteira, políticas para co-oficialização e ensino de línguas indígenas e para o ensino de línguas estrangeiras. Em tese, é perceptível a necessidade de políticas linguísticas que possam abarcar todos esses âmbitos, na prática essas comunidades linguísticas sofrem por não terem seus direitos garantidos.

2.2.2.1 Programa Nacional do Livro e do Material Didático

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa do Ministério da Educação e está em vigência no país desde 1995. O PNLD tem como finalidade avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias para as escolas públicas assegurando ao aluno o direito ao acesso e a gratuidade deste material. No ano de 2017, houve a necessidade de uma reformulação na nomenclatura do referido programa para que uma ampliação em sua abrangência fosse feita.

Anteriormente, a distribuição dos livros didáticos e literários ficava sob incumbência do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com a junção das duas ações, o projeto passou a designar-se Programa Nacional do Livro e do Material Didático, mantendo a sigla PNLD.

As escolas do país recebem através do PNLD material de todas as áreas do conhecimento com os conteúdos que serão endossados ao longo do ano letivo. Os livros didáticos das disciplinas de língua estrangeira também são abarcados nessa distribuição. Isso acontece, de fato, somente com as disciplinas de Língua Espanhola e Língua Inglesa. Para o ensino de Francês Língua Estrangeira (FLE) tudo o que possivelmente será ministrado durante as aulas deve ser elaborado/produzido pelo próprio professor.

Esse processo manual demanda, além de tempo para a produção constante pelo fato das atividades serem feitas periodicamente, um certo comprometimento do orçamento do professor para que seus alunos tenham acesso ao material da aula. Vale ressaltar que o material didático pode ser compreendido de várias formas: jogos, material plastificado, revistas, folders, atividade impressa, manuais, livros, dentre outros. Sem contabilizar o material de apoio que o professor pode necessitar para dar prosseguimento as aulas como notebook, celular ou tablet, retroprojetor, cabo HDMI, extensões, caixa de som, impressora e plastificadora são exemplos do que se faz necessário rotineiramente em sala de aula.

Nesse sentido, é imprescindível que haja uma política pública educacional que viabilize ao aluno, e que é seu por direito, o acesso gratuito ao material didático no componente curricular trabalhado, no caso, a Língua Francesa. Para além:

Dessa perspectiva, uma língua minorizada que comece a ser usada como veículo de transmissão dos conhecimentos ligados à escola precisa passar por um processo de adequação formal para dar conta dessa nova função. Além disso, é preciso criar material didático nessa língua, respeitando as características dos gêneros de discurso próprios dessa esfera social de atuação. (LAGARES, 2018, p. 91).

Parafraseando Day e Savedra (2015), os problemas que circundam o ensino de Línguas no Brasil perpassam, sobretudo, por questões políticas, quando não são tratadas com devido valor por aqueles que representam a voz da sociedade, além das mazelas no âmbito linguístico-metodológico sendo perpetuadas quando não discutidas em esferas de decisão.

2.2.2.2 Base Nacional Comum Curricular e suas implicações

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que diz quais conhecimentos e habilidades são necessários levar para a vida escolar dos alunos e alunas. Na prática é a Base quem define quais são os direitos de aprendizagens de todos os alunos do país. A BNCC também tem como propósito fazer com que o ensino no país, no que tange as competências e habilidades, seja visto de forma igualitária independente da região, classe ou raça a qual o aluno ou aluna pertença.

As discussões sobre a BNCC tiveram início em 2015 com a sua primeira versão. Antes de chegar ao que de fato hoje é a base foram necessárias 3 versões que, ao longo dos anos, receberam inúmeras contribuições através de consultas e audiências públicas, seminários estaduais e regionais. A BNCC foi homologada em Dezembro de 2017 pelo Ministério da Educação passando a ser válida em todo território nacional.

No que tange as políticas públicas que viabilizem o ensino de línguas estrangeiras, com ênfase para o ensino de FLE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) encoraja, explicitamente, somente o ensino da Língua Inglesa como obrigatório no currículo escolar dos anos iniciais aos finais da educação básica. É essa orientação constante na base que estabelece entraves quanto ao ensino do FLE no Estado. A BNCC acaba por não levar em consideração as peculiaridades que cada região possa apresentar e como isso afeta diretamente o currículo escolar. Nesse caso, é válido citar o que também ocorre com a Língua Espanhola que não está inclusa na sugestão de LE dada pela base.

O FLE é visto como componente curricular nas escolas a partir do 6º ano e se estende de forma progressiva até o 9º ano do Ensino Fundamental. Dependendo da forma como a unidade escolar compreende e opta por gerir o ensino de LE, o componente curricular do FLE pode chegar ao Ensino Médio.

A carga horária referente ao FLE é de duas horas aulas semanais para todos os seguimentos do Ensino Fundamental. Adotando como referência a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em que as aulas destinadas a parte diversificada de ensino, na qual a Língua Francesa pode ser ofertada como disciplina optativa no currículo escolar, as aulas permanecem com a mesma carga horária, no caso, duas horas aulas semanais.

O fato da Língua Inglesa ter sido considerada pela base como a única língua estrangeira de ensino obrigatório nas unidades escolares traz grande estranheza a comunidade linguística aqui existente gerando um grande impasse sobre a oferta ou não da disciplina, pois, como dito outras vezes no decorrer do estudo, o Estado apresenta uma peculiaridade ao ser a única fronteira que o Brasil possui com um país que não tem a Língua Espanhola como língua oficial.

A não obrigatoriedade do ensino do FLE, ou de qualquer outra língua estrangeira em que pese a necessidade local, acarreta em uma série de prejuízos que vão desde o não pertencimento/reconhecimento desse aluno ao meio ao qual ele foi obrigado a seguir a continuidade de medidas tomadas fora daquela realidade.

Dalinghaus (2009) faz uma reflexão quanto a escolha do currículo escolar por meio das políticas linguísticas afirmando que “as políticas linguísticas deveriam, portanto, ser construídas tendo como base a sociedade e sua história e esta perspectiva deveria nortear escolhas linguísticas próprias aos contextos, principalmente de minorias linguísticas e de fronteira(s)”.

O que por hora permite o ensino de uma segunda língua estrangeira (Espanhol ou Francês) está designado no que se denomina “parte diversificada” presente no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e retomado nos marcos legais que embasam a BNCC.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2017, p. 19).

Em 2019, a Associação dos Professores de Francês do Amapá (APROFAP) juntamente com a Secretaria de Educação do Estado (SEED) propuseram uma consulta

pública para contribuição e possível aprovação do Referencial Curricular Amapaense (RCA) de Língua Francesa pelo Conselho Estadual de Educação. Uma vez aprovado o referencial, o FLE continuaria a ser ofertado nas escolas durante o ensino fundamental respeitando assim o que traz o texto do artigo 26 da LDB.

O embate maior, no que diz respeito à essa questão, dá-se pelas mais diversas interpretações que os profissionais da área educacional fizeram frente a situação da Língua Francesa nas escolas, uma vez que, a BNCC lança mão somente da Língua Inglesa como disciplina obrigatória dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) ao ensino médio (1º ao 3º ano) e que nenhum documento fora expedido, até o momento, por parte da mantenedora SEED assegurando o ensino de FLE no Estado.

O que se pode notar, de antemão, é que a BNCC vem na contracorrente ao que sugere a realidade dessa região. É uma política linguística educativa que não corresponde ao seu campo de planificação por estar completamente inversa ao que a comunidade vivencia em seu cotidiano. O contexto social presente no Amapá inspira uma cautela muito maior no momento de se pensar e designar o ensino de qualquer língua que não a materna. Parafraseando Day (2019a) esse tipo de política linguística, em que pese o global *versus* o local, acaba por gerar um atropelo nas medidas que possam vir a existir valorizando às necessidades locais.

Dessa forma é necessário levar em consideração não somente o elo geográfico que o Estado apresenta com a Guiana Francesa, como também a possibilidade para os alunos conhecerem mais de uma língua estrangeira, sobretudo aquela que está atrelada à sua realidade sob algum aspecto. É válido trazer e manter essas práticas de ensino para a escola pública, mesmo com todas as adversidades existentes. É de suma importância a criação de políticas linguísticas que reforcem a ideia de que as singularidades locais devem ser levadas em consideração da teoria à prática.

2.2.2.3 O lugar do francês no Referencial Curricular Amapaense

O ensino da língua francesa no Amapá perpassa por longos e tortuosos caminhos. Pode-se afirmar que esses caminhos vão desde a glória quando, por exemplo, o Acordo-Quadro e o acordo de cooperação transfronteiriça são celebrados entre Amapá e Guiana Francesa tendo como um dos eixos primordiais o setor educativo, ao esquecimento, ao passo que, nem medidas antigas são mantidas com vigor nem novas são criadas em favor do ensino de FLE no Estado.

Vale ressaltar que esse tipo de ação, em que pese as singularidades da comunidade franco-brasileira aqui existente, pode partir através do intermédio do governo local ou dos demais representantes políticos que queiram abraçar a causa em prol de uma política linguística educativa que seja mais próxima a realidade amapaense assegurando assim o ensino do francês nas escolas do Estado. Day (2016b) sustenta o fato de que o governo de um país aceite ou recuse o ensino de uma dada língua estrangeira depende, geralmente, das relações políticas, econômicas ou geográficas que o país mantém com outros países falantes de uma língua diferente da sua (das suas).

Até o ano de 1997 nenhuma escola amapaense ofertava a Língua Francesa em seu currículo. Fora graças as ações balizadoras voltadas ao eixo educacional presentes nos acordos de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa que passos largos foram dados. O estado então comprometeu-se, através desses documentos, a dar sequência nas manobras feitas para consolidar o ensino de FLE no Amapá. Assim, segundo Day (2019b) aconteceu de 1997 a 2005:

a) Criação do Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand; b) Formação de 120 professores de língua francesa através de convênio entre o governo estadual e as universidades federais do Pará e do Amapá; c) Abertura de vagas em concurso público para professores de francês; d) Inclusão da língua francesa na estrutura curricular de ensino em escolas de ensino fundamental e médio; e) Elaboração de material didático próprio para a rede pública de ensino; f) Criação do Centro Cultural Franco-Amapaense. (DAY, 2019b, p. 114).

A criação de centros que ofertavam o ensino de LE de forma gratuita a sociedade foi ponto crucial, à época, para despertar o interesse em conhecer a língua do país vizinho. Dessa forma, muitos amapaenses apropriaram-se da oportunidade que o governo estava a ofertar para aprender a língua francesa. Isso aqueceu ainda mais a relação amigável entre amapaenses e franco-guianenses. Nesse período também era constante observar ações que valorizavam o intercâmbio entre estudantes e professores amapaenses e guianenses tanto dos centros de ensino quanto das escolas públicas.

A partir do ano de 2005, as manobras feitas para que o ensino de FLE fosse assegurado nas escolas amapaenses podem ser elencadas como forma de política linguística de resistência (DAY, 2019b, p. 119). Aconteceram, nesse período, ações que envolveram desde professores e alunos de FLE a sociedade civil interessados na manutenção do ensino da referida língua.

A Lei nº11.161 que versa sobre o ensino de língua espanhola acontecer de forma obrigatória no curriculum do ensino médio sendo implantado gradativamente nas escolas foi

simplesmente ignorada por muitos gestores que optaram por não fazer a mudança sugerida alegando não haver professores suficientes habilitados para exercer tal cargo ou que realocaram a oferta da língua francesa ao curriculum do ensino fundamental II.

Em 2016, ao ser anunciada uma possível retirada da língua francesa das escolas do estado ocorrera, de fato, a primeira investida da sociedade civil nos movimentos em defesa do ensino de língua francesa que estavam a acontecer. Para o evento, pelo menos, 200 pessoas foram contabilizadas entre professores, alunos, ex-alunos, pais de alunos e demais representantes da sociedade.

De 2016 a 2018 ações pautadas neste movimento de resistência possibilitaram a criação da escola bilíngue Marly Maria e a renovação do acordo-quadro. Ainda em 2018 duas medidas que fomentam a criação de políticas linguísticas educativas mais harmoniosas com a realidade local foram apresentadas a comunidade. A primeira versa sobre um Projeto de Lei (PL) política apresentado durante o *I Simpósio de Políticas Linguísticas do Amapá* que visa tornar o ensino de língua francesa obrigatório nas escolas estaduais. O segundo fora lançado pela Associação de Professores de Francês do Amapá (APROFAP) e trata da inclusão do francês no Referencial Curricular Amapaense (RCA) abarcando a parte diversificada de ensino podendo o FLE ser ofertado, de forma obrigatória, do ensino fundamental ao médio.

Com medidas que valorizam cada vez mais o ensino da língua inglesa e da língua espanhola no país, como fazem a BNCC, que prioriza o ensino da língua inglesa nas escolas, e a Lei 11.161/2005 que estabelece a obrigatoriedade de oferta da língua espanhola, a língua francesa acaba por sofrer graves consequências no que tange a política de ensino de francês na fronteira franco-brasileira. (DAY, 2019, p. 11). Como estratégia para mudar esse contexto que insiste em rondar o ensino da LE no estado uma das opções seria a criação e homologação do Referencial Curricular Amapaense de Língua Francesa.

O Referencial Curricular Amapaense (RCA), por sua vez, é o documento que assegura os professores de todos os componentes curriculares trazendo em seu corpo proposições acerca do objeto do conhecimento e do que pode ser evidenciado em sala de aula com os alunos de todos os segmentos. Este documento é o que asseguraria, por hora, a estabilidade do ensino de FLE no estado do Amapá. Portanto, é imprescindível a criação do RCA de língua francesa para que esta possa continuar a ser ofertada no quadro de disciplinas das escolas públicas amapaenses.

Em nota lançada no dia 25 de Agosto de 2021, a APROFAP afirma que se mobiliza desde 2018, juntamente com a SEED, em prol da criação do RCA de Língua Francesa. A associação foi autorizada, através da Secretaria Adjunta de Políticas de Educação (SAPE), a

participar do processo de estruturação curricular do referencial e a integrar os grupos de trabalho que foram feitos para levar orientação aos professores do estado acerca da implementação da nova matriz curricular em observância a nova BNCC.

O grupo de trabalho que fora composto por membros da Aprofap se dedicou a elaborar uma proposta que pudesse garantir a continuidade do ensino do FLE no estado abrangendo os anos iniciais e finais da educação básica. O documento com a proposta elaborada fora disponibilizado para consulta pública pelo Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) com início no dia 27 de Novembro de 2019 e término no dia 20 de Dezembro do mesmo ano. A consulta pública contou com oitocentas e quarenta e cinco contribuições entre professores de FLE e coordenadores pedagógicos das esferas municipal, estadual e federal de ensino de todo o estado.

Em 2020 uma nova lida começara. No mês de Agosto do corrente ano, o RCA de Língua Francesa foi encaminhado pela Aprofap para o Conselho Estadual de Educação (CEE). A intenção era que, através do CEE, fosse dado prosseguimento aos trâmites para apreciação e aprovação do projeto elaborado. Entretanto, o CEE orientou que a proposta do RCA de Língua Francesa fosse encaminhada à Coordenação Estadual ProBNCC por ser a instância destinada à implementação do Referencial Curricular Amapaense e à SEED por ser a mantenedora. Encaminhados os documentos aos setores responsáveis que foram recomendados, a Aprofap comunicou que completou todas as etapas, que lhe couberam, necessárias para a validação do RCA de Língua Francesa.

No dia 17 de Novembro de 2021, em reunião entre os membros associados da Aprofap, as senhoras Hélène Ducret e Joséphine Cardoso representando, respectivamente, a Adida de Cooperação Educativa da Embaixada da França no Brasil e os Projetos para o Francês, a atual presidente da Aprofap informou que aguarda pela homologação do RCA. Ainda durante a reunião, professores expuseram as dificuldades vivenciadas nas escolas devido à instabilidade na situação do ensino do FLE no Estado.

O RCA de Língua Francesa passa a ser muito mais do que um documento utilizado para dar norte e embasamento a professores e alunos. Ele assume um caráter simbólico de luta e resistência levando consigo a voz de uma comunidade linguística que anseia em ser ouvida clamando para que seus direitos sejam respeitados.

No Diário Oficial do Amapá datado de 22 de Março de 2022, sob o nº7.631 (AMAPÁ, 2022), fora publicado o andamento do processo nº 0021.0571.1177.0001/2021 – GAB/SEED cujo o assunto era a possibilidade de inclusão preferencial da Língua Francesa na Educação Básica do sistema de ensino amapaense.

No corpo do processo, seu relator, o senhor Paulo de Tarso Smith Neves, representando a Câmara de Educação Básica (CEB) afirma que o referido projeto fora encaminhado para a câmara para que esta pudesse se manifestar quanto ao pedido feito pela Aprofap no que tange a inserção da Língua Francesa no currículo escolar do sistema estadual de ensino. Juntamente com a solicitação acompanhara o processo um relatório com todos os encaminhamentos dados pelos setores da Seed e em anexo o seguia a Proposta do Referencial Curricular de Língua Francesa.

Durante a análise do mérito, o relator aponta os aspectos legais, cabíveis ao caso, enfatizando o texto do artigo 26 da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) em que pese, no currículo escolar complementar, as características regionais do educando a ser definida por cada unidade escolar. A análise segue contemplando o texto da resolução nº15/2019 do Conselho Estadual de Educação (CEE) onde a recomendação é para que o ensino da Língua Francesa aconteça no Ensino Fundamental como segunda língua estrangeira.

O parágrafo 3º do art 36. da resolução nº103/2021, que também teve origem no CEE, aponta a oferta, em caráter optativo, da Língua Espanhola ou a Língua Francesa como segunda língua em conformidade com as peculiaridades geográficas e intercultural vivenciadas pela comunidade linguística amapaense. Smith ainda evidencia a orientação dada pelo CEE/AP por meio do parecer nº025/2021 em que diz ser:

Importante ressaltar, que quando se tratar da oferta da segunda língua estrangeira, esta deve ser incluída nos itinerários formativos especialmente nas competências eletivas. Outra possibilidade de oferta de uma segunda língua estrangeira é a escola organizar uma trilha voltada não apenas para aprendizagem da fala, mas, sobre a cultura do país, seus costumes, culinária, vestimenta e outras, neste momento os estudos da segunda língua deixa de ser opção para o estudante, pois ela é objeto de conhecimento de uma trilha de aprendizagem. Recomenda-se que as redes e as instituições de ensino considerem o contexto local, geográfico, cultural em que o território amapaense está inserido. (AMAPÁ, 2022, p. 55).

Fazendo jus a todas as observações levadas em consideração durante o parecer, o representante do CEE destaca que a oferta da Língua Francesa como sendo, preferencialmente, segunda língua encontra respaldo legal no sistema estadual de ensino podendo ser ofertada tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio e que a definição no que diz respeito ao currículo escolar cabe as redes e instituições de ensino, no limite de suas autonomias.

A Câmara Básica de Educação e o Conselho Estadual de Educação decidiram, em sessão virtual realizada no dia 08 de Fevereiro de 2022 e 09 de Março do referido ano, respectivamente, decidiram por unanimidade acompanhar o voto do relator do processo. Dando continuidade aos trâmites legais, o Referencial Curricular Amapaense de Língua Francesa parte agora para fase de homologação.

2.3 O BLOG COMO FERRAMENTA DIGITAL NO ENSINO DE LÍNGUAS

Ensinar uma língua estrangeira nos tempos modernos abrange muito mais do que questões relacionadas somente a educação. Ao apresentar para o indivíduo possibilidades de novos conhecimentos sobre o mundo através do processo de aquisição de uma nova língua outros caminhos podem ser abarcados. Submergir nesse processo requer despir-se de pré-conceitos e percorrer novas trilhas em que o respeito seja alicerce sobretudo.

Parafraseando Day (2016b) ensinar uma língua estrangeira nos tempos atuais é também uma forma de suscitar o respeito a língua do próximo, assim como a valorização das demais línguas. Ainda para a autora, a educação através do ensino de línguas deve ser pautada numa perspectiva plurilíngue fazendo com que seja proporcionado ao indivíduo o conhecimento de forma multicultural.

Junto a essas possibilidades que permeiam o ensino de línguas, deve-se levar em consideração a incontestável influência que a internet e as novas tecnologias exercem sobre a educação. Carini, Macagnan e Kurtz (2008) abordam que a incorporação de novas tecnologias à sala de aula é, atualmente, uma das questões centrais ao campo do ensino/aprendizagem de línguas (materna e/ou estrangeira).

Na atualidade, é impensável ignorar o poder, o alcance e as possibilidades desses novos “artefatos digitais”, bem como sua instantânea sedução de crianças, jovens e adultos. Na sociedade do terceiro milênio, não podemos desconsiderar a “pressão” exercida pelas tecnologias, sabendo-se que são decisivas no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Cabe, então, ao professor interessado em aliar à sua prática o uso de novas ferramentas e TICs lembrar que a sua mediação didática precisa, mais do que nunca, ser inovadora, criativa e rigorosa. Ela precisa também ser alicerçada em teorias que subsidiem sua prática, ao mesmo tempo em que contemple aspectos do uso da língua(gem) significativos aos educandos, isto é, que explore situações autênticas, em contextos reais. (CARINI; MACAGNAN; KURTZ; 2008, p. 471).

As TIC’s apresentam um leque extenso de possibilidades para serem trabalhadas em sala de aula. Entretanto, essas variedades devem ser analisadas, minuciosamente, levando em

consideração o objetivo ao qual se pretende chegar com determinado objeto do conhecimento e aproximá-lo, o máximo possível, as situações vividas pelos alunos no cotidiano.

Em 1969, nos Estados Unidos através da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa Norte-Americano (ARPA) começaram a ser desenvolvidos estudos que possibilitaram, posteriormente, a criação da internet. A fim de aprimorar este cenário inovador foram necessários esforços para que a internet pudesse abarcar um número maior de pessoas.

Grossi, Murta e Silva (2018) afirmam que somente na década de 90 é que os computadores tiveram uso individual e que isso se deu graças as inovações tecnológicas desenvolvidas na época e a criação e distribuição do World Wide Web (WWW). Os estudiosos explicam que o WWW nada mais é do que um sistema de documentos em hipermídia interligados e executados na internet. Esse sistema fora elaborado pelo pesquisador Tim Berners Lee do Conséil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN).

Para que documentos em hipertexto pudessem ser compartilhados por meio da internet a linguagem *Hypertext Markup Language* (HTML) precisou ser criada. Os documentos que possuem esta linguagem podem ser enviados através de um protocolo que norteia os navegadores e servidores quando há troca de informações com este tipo de conteúdo, nesse caso, o *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP). Logo, com o atrelamento estabelecido através de todo esse processo de criação a organização de *sites* foi viabilizada pela internet.

Essa é basicamente a primeira formação da internet. A geração denominada *WEB 1.0*. Essa primeira fase pela qual passa a internet e toda sua evolução é caracterizada por ser um momento mais estático em que seus usuários poderiam observar as informações que lhes chegavam, porém sem a possibilidade de interagir com esta.

Embora não exista um marco que possa claramente delimitar onde termine a vigência da *WEB 1.0* e comece a da *WEB 2.0* é nítida a discrepância entre os períodos que se estabelecem. A *WEB 2.0* traz consigo um conceito inovador arraigado pela interação. Steffen, Rojo e Moura (2013) salientam que com a mudança de concepção de internet não temos somente a possibilidade de interação nas aulas, mas também a oportunidade de produção coletiva de conhecimento. Nela, o usuário passa a ter a possibilidade de interagir com o conteúdo. Além disso, ao usuário também é disponibilizada a oportunidade de produzir conteúdos que ficarão *on-line*.

É a partir desse segundo momento que diversas profissões percebem na internet potencialidades a serem exploradas valorizando os pontos que lhes interessam. No que tange a educação, os professores atentam para o dinamismo que a internet traz através da

possibilidade de interação e passam a incorporar cada vez mais esses conceitos a sala de aula. Assim:

Surge, portanto, inúmeros espaços de construção de conhecimento em função da evolução da web, assim como a forma como se acessa a informação que, por conseguinte, também mudou a maneira de atuação de inúmeros profissionais, entre as quais os professores. (GROSSI; MURTA; SILVA, 2018, p. 39).

Um dos canais mais utilizados pelos professores para propiciar essa via de mão dupla durante o processo de ensino-aprendizagem é o blog. A palavra “Blog” é uma abreviação da palavra “Weblog”. O termo vem da Língua Inglesa e é usado para designar uma página da Web atualizada constantemente com mensagens denominadas de posts sobre um determinado assunto (GOMES, 2005). Os posts que são publicados no blog podem ser, portanto, pequenos textos acompanhados ou não de imagens e links que obedecem a temática abordada pela página. A medida que a mensagem é postada no blog, ela segue uma ordem cronológica. Assim, o último post publicado aparecerá primeiro.

Como benefícios ao fazer o uso desta ferramenta digital no ensino de línguas, pode-se citar a probabilidade do aluno rever o assunto quantas vezes forem necessárias e no momento que lhe for conveniente além da possibilidade de compartilhar dados das postagens com um número maior de pessoas, pois nessa modalidade de ensino a distância física não se torna empecilho no momento de disseminar as informações, além de estar disponível de forma gratuita na internet. Araújo (2009) destaca que o advento desse tipo de recurso de publicação possibilitou que alunos utilizassem a internet como uma tecnologia que conecta culturas e línguas e que facilita a comunicação em escala global.

As atividades elaboradas por professores e alunos, à medida que forem postadas, podem servir de apoio ou fonte inspiradora para novos trabalhos. Materiais audiovisuais e links que redirecionem a sites que estejam atrelados ao ensino de Língua Francesa podem fazer parte das estratégias lançadas nessa ferramenta.

Portanto o blog, por ser considerada uma ferramenta versátil e que permite uma utilização diversificada (AGUADED; BALTAZAR, 2005) pode contribuir no processo de aprendizagem de maneira dinâmica e colaborativa (VIEIRA; DE PAULA BELO; FREIRE, 2020) ao passo que professor e aluno aprendem de forma simultânea (GROSSI; MURTA; SILVA, 2018). Essa é uma das formas de agregar tecnologia e educação. Dois eixos de suma importância quando se fala na construção do saber nos tempos atuais visto que cada dia mais professores e alunos estão envolvidos pelas redes sociais e estas presentes na esfera escolar. É preciso saber como manusear essas tecnologias e manipulá-las a favor da educação.

2.3.1 O blog no âmbito das metodologias ativas

A busca incessante nas formas de ensinar gerou espaço para a criação de novos métodos. É sabido, atualmente, que as técnicas das quais professores apropriam-se para ensinar são tão importantes quanto os objetos de conhecimento. É através dessas técnicas, denominadas de metodologias ativas, que professores e alunos são envolvidos em busca de um melhor aproveitamento do que é visto em sala de aula.

As metodologias ativas passaram a ser objeto de estudo de vários teóricos não somente da área da educação, visto que novas formas de alcançar as pessoas não é lida somente deste setor, mas de forma geral em busca de meios que possam agregar nesse processo. Paiva *et al.* (2016) mostram que as tendências relacionadas a educação para o século XXI deslocam-se do individual para o social, político e ideológico. Nesta perspectiva, cabe as metodologias ativas o papel de construir alternativas que possam beneficiar o processo de ensino-aprendizagem.

No que concerne ao campo das metodologias ativas essas passam a somar com o trabalho a ser desenvolvido pelos professores dentro e fora da sala de aula. As metodologias ativas permitem que a sala de aula tradicional possa se expandir para além dos muros da escola chegando o mais próximo possível da realidade do aluno fazendo com que ele consiga se reconhecer no contexto apresentado trazendo (BACICH; MORAN, 2018) uma experiência de aprendizagem mais viva e significativa para os estudantes da cultura digital.

É crucial destacar que neste paradigma o aluno é que está à frente do processo de ensino-aprendizagem e não o professor, como nas formas de ensinar que apontam para uma metodologia mais tradicional. Sempre que necessário, ele será orientado e amparado pelo professor que está ali para dar suporte sempre que houver necessidade, mas é educando quem desempenha papel essencial dentro do contexto das metodologias ativas.

A curiosidade, motivação e autonomia são instigadas a todo momento nesta perspectiva de ensino podendo aumentar gradativamente a medida que esta é adotada nas tarefas escolares. O engajamento ativo dos estudantes é o grande intuito nesse campo metodológico. Um dos objetivos é instigar para que o aluno seja capaz de fazer sua auto avaliação, no decorrer do processo, permitindo assim com que ele trilhe momentos de reflexão e crítica.

O blog em conjunto com as metodologias ativas pode ser trabalhado de formas diferenciadas. As possibilidades de trabalho envolvendo essas metodologias perpassam por apresentação de diálogos, debates, fóruns, criação de jogos, contextualização da

aprendizagem, sala de aula invertida e ensino híbrido. Essas são apenas umas das propostas que podem ser trabalhadas durante o ano letivo e levadas as postagens do blog para o conhecimento do público em questão.

A produção de conteúdo (publicação de fotos, desenhos e vídeos produzidos por alunos), por exemplo, desde que seja previamente acordado entre professor e alunos, é um dos caminhos que se pode trilhar no campo das metodologias ativas. Araújo (2009) reitera que os blogs têm grande poder de comunicação, pois os alunos passam a ser autores e leitores do seu conteúdo. Esses “diários eletrônicos” são um excelente recurso para desenvolver trabalhos em equipe, discutir e elaborar projetos. Além disso, servem como espaço para anotações de aula e discussão de textos. As metodologias ativas em conjunto com o leque de possibilidades que a internet apresenta quando exploradas de maneira assertiva por professores e alunos tende a promover resultados satisfatórios também no campo educacional.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O produto deste estudo é composto por um relatório técnico com seções que trazem informações pertinentes ao conceito de fronteira, discussão sobre política linguística educacional, abordagem sobre o blog no campo das metodologias ativas e apresentação da sequência didática do blog como proposta de material didático. Por fim, o produto técnico contempla a hospedagem na rede mundial de computadores de um blog voltado para professores e alunos de forma online seguindo uma linha de material didático para ser utilizado durante as aulas de FLE a fim de contribuir e auxiliar professores e alunos.

O Blog hospeda as atividades produzidas levando em consideração os assuntos para o 6º ano do Ensino Fundamental sugeridos pelas Propostas Curriculares da Secretaria Estadual de Educação. O material didático está disponibilizado de forma online na rede mundial de computadores com o intuito de facilitar o acesso a professores e alunos de Língua Francesa, não somente da rede estadual de ensino, mas da comunidade em geral que prestigia a língua em evidência, uma vez que pode ser consultado a qualquer momento nas plataformas de pesquisa e conforme a necessidade do usuário.

Como o blog é uma página em que a colaboração entre professores foi prestigiada adaptações foram necessárias para que os conteúdos alocados no blog estivessem apropriados ao público alvo, no caso, os alunos do 6º ano do ensino fundamental. Cada professor que colaborou para as postagens do blog enviou suas propostas de atividades agregando ao objeto de conhecimento previsto nas propostas curriculares estabelecidas pela Seed um cunho voltado para a ludicidade em que o público do 6º ano do ensino fundamental pudesse sentir-se acolhido.

A priori, os conteúdos adaptados foram do 6º ano do Ensino Fundamental, pois os alunos deste segmento começam a ter contato com a disciplina de Língua Estrangeira a partir desta etapa nas escolas públicas. É nesse momento da descoberta e do contato com a nova língua que se pretende buscar apresentar ao aluno o conteúdo de forma mais leve, sempre associando ao que ele já conhece e o que poderá vislumbrar. Ao apresentar uma nova língua para estes, espera-se que:

Ao final do 6º ano, o educando manifeste a compreensão de sua própria cultura e de culturas francófonas, valorizando-as para o bem viver. Nesse sentido é importante que ele adquira as estruturas básicas da língua francesa para expressar-se por meio da língua oral, sobretudo, e também da escrita. O objetivo é a sistematização de algumas estruturas elementares suficientes para compreender textos simples, orais e escritos, a fim de que ele interaja com o professor e com os demais educandos

através de atividades lúdicas, de jogos, de músicas, de textos dialogados fabricados e documentos autênticos. (PROPOSTAS CURRICULARES, 2015, p. 47).

O produto técnico é composto por um relatório técnico com sessões que trazem informações pertinentes ao conceito de fronteira, discussão sobre política linguística educacional, abordagem sobre o blog no campo das metodologias ativas e apresentação da sequência didática do blog como proposta de material didático. Por fim, o produto técnico contempla a hospedagem na rede mundial de computadores de um blog voltado para professores e alunos de forma online seguindo uma linha de material didático para ser utilizado durante as aulas de FLE.

3.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Para o 6º ano do Ensino Fundamental o currículo da disciplina de Língua Francesa, assegurado pelas Propostas Curriculares da Secretaria de Educação do Estado, prevê que habilidades e competências sejam trabalhadas em eixos e sub-eixos que perpassam gramática, léxico, fonética e estrutura sociocultural. No Quadro 2 é explicitado as formas que os conteúdos obedecem.

Quadro 2 – Estrutura curricular de Língua Francesa (Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano)

6º ANO		
EIXO	SUB-EIXO	HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
Panorama sociocultural, político e geográfico dos países francófonos.	O mundo francófono: países, departamentos e territórios; A importância do aprendizado da Língua Francesa no Estado do Amapá.	-Identificar os principais países francófonos; -Compreender a importância do aprendizado da língua francesa no contexto político e geográfico do Amapá.
Primeiros contatos	Gramática: Os pronomes sujeitos; Os verbos “s’appeler”, “être” “avoir” e “habiter” + “preposição à” (no presente do indicativo); Artigos definidos, adjetivos pátrios; Os pronomes tônicos “moi” e “toi”. Fonética: Elisão	-Conhecer e identificar as formas de apresentação formal e informal. -Utilizar as saudações e apresentações na vida cotidiana; -Conhecer as diferentes formas de tratamento e saudações dos países francófonos; -Se apresentar:

	<p>entre sujeito e verbo; Encadeamento de frases; Prosódia de frases interrogativas e afirmativas; Silabação e acento tônico; Encontros vocálicos orais: “oi”, “ou”, “au”; Léxico: Alfabeto e acentuação; Os números de 0 a 69. Sociocultural: Saudações formais e informais; apresentações formais e informais.</p>	<p>dizer nome, idade, endereço, profissão, cidade. -Se informar sobre a identidade de outro; -Saber informar sobre o outro; - Contar de 0 a 69.</p>
O aluno e o ambiente escolar	<p>Gramática: A interrogação com “Qu’est-ce que c’est”; Artigos indefinidos; Fonética: Encontros vocálicos orais: “ai”, “eu”, “ei”; Consoantes mudas no final de frase; Elisão do [z]; Léxico: Os materiais escolares; Cores Vocabulário da classe; O calendário; Sociocultural: Estações do Ano; Preservação e conservação do ambiente escolar;</p>	<p>-Empregar as principais frases utilizadas no ambiente escolar; -Saber perguntar sobre os objetos de sala de aula, nomear e caracterizar indicando cores; -Identificar referências temporais como: dias, meses, estações do ano; -Reconhecer as diferenças entre as estações do ano no Amapá e na França. -Compreender a importância da preservação ambiental a partir da conservação do espaço escolar;</p>
Expressão de gostos e preferências	<p>Gramática: Verbos do primeiro grupo: aimer/ adorer/ détester/ manger; A negação ne... pas Os adjetivos possessivos; Interrogação direta simples com entonação. Fonética: [Y], [R], [oe] Léxico: Gostos e lazer:</p>	<p>-Saber perguntar sobre os gostos e preferências; -Dizer o que gosta e o que não gosta; -Conhecer o vocabulário relativo à família; -Identificar e apresentar os membros da família;</p>

	atividades esportivas, entretenimentos; Família.	
--	---	--

Fonte: Elaborado pela Autora a partir das Propostas Curriculares da Secretaria Estadual de Educação p. 48-50

A proposta de objetos de conhecimento, elaborada pela SEED, acima relacionada forneceu suporte necessário para estruturar os textos e atividades que comporam o blog durante esta primeira fase. Para desenvolver o trabalho destinado aos alunos do 6º ano do ensino fundamental foram destacadas três habilidades para serem trabalhadas ora em grupo, ora individualmente, neste momento. São elas:

- Compreensão escrita: atividades que podem ser desenvolvidas privilegiando a leitura e compreensão através de textos em Língua Francesa;
- Produção escrita: atividades voltadas para a produção de pequenos textos em Língua Francesa;
- Produção oral: atividades que destacam o potencial da oralidade dos alunos em Língua Francesa.

É de suma importância dar lugar a afirmação feita por Vilaça (2010) de que “assim como não há métodos perfeitos, também não existem materiais perfeitos ou infalíveis, mesmo quando elaborados sob encomenda para atender a especificidades bem identificadas e delimitadas previamente”. Os métodos são escolhidos com toda precaução afim de chegar o mais próximo possível das expectativas do público que irá desfrutá-lo. Entretanto, deve ser frisado que alguns percalços podem surgir e que só podem ser observadas com afincamento no momento em que são postos para jogo.

As observações feitas sobre os métodos também são válidas para o blog a partir do momento em que este for colocado em prática. Como se trata de um canal aberto para professores, alunos e comunidade em geral interessados em conteúdos com foco na língua francesa a possibilidade de feedback entre usuário e administrador é garantida por, pelo menos, três diferentes formas dentro do site. Essas formas serão melhor explanadas na seção seguinte sobre a elaboração do produto técnico.

3.2 ELABORAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

3.2.1 O convite para o processo de criação do blog

No início do mês de Dezembro de 2021, começou uma das etapas para o processo de criação do blog, que foi o convite para os professores que integrariam o projeto piloto do

blog. Para esta fase, foram necessárias tentativas de contato com alguns professores da rede estadual de ensino, que foi feito, primeiramente, de modo informal pelo meio de comunicação social denominado Whatsapp. Na ocasião, fora enviado um áudio contendo informações das ideias iniciais concernentes ao projeto do blog.

Na oportunidade de contato com os professores, o convite foi estendido para que pudessem somar junto as postagens que seguissem ao blog como forma de validar a proposta ao qual este fora criado. Para que o projeto de criação do blog pudesse caminhar de forma qualitativa, optou-se por estender o convite, inicialmente, a seis professores de FLE da rede estadual de ensino.

Todos os professores escolhidos para atuarem no blog com suas atividades estão ativos em sala de aula. O único critério para que o professor pudesse ter seus trabalhos hospedados no blog era que seguissem o objeto do conhecimento destinado ao 6º ano do Ensino Fundamental ficando livre para elaborar a atividade ou que disponibilizasse algum trabalho de seu acervo pessoal. Fora informado, de antemão, a todos os convidados que a única alteração feita em suas atividades seria, no máximo, o cabeçalho com o propósito de padronizar todos os trabalhos que constassem no blog. Ademais, nenhuma modificação seria feita para que não descaracterizasse o que cada professor havia elaborado.

Todo o material produzido fora enviado para o e-mail da professora Monique dos Santos Jacques juntamente com um texto organizado por cada colaborador apontando dados de sua trajetória profissional. O convite foi recebido de forma positiva pelos seguintes professores: Hanna Line Silva de Lima, Sarah Cristina Gibson Guedes, Edson da Conceição da Silva, Lara Máisa Silveira Sousa, Graziela Moraes da Costa e Monique dos Santos Jacques.

No Quadro 3 é apresentado os dados da jornada acadêmico-profissional percorrida, até o presente momento, por cada educador que optou em colaborar no projeto inicial do blog.

Quadro 3 – Dados da jornada acadêmica-profissional dos educadores que colaboraram no projeto inicial do blog

Nome do professor (a)	Formação Acadêmica	Atuação Profissional
Edson da Conceição da Silva	<ul style="list-style-type: none"> - Formado pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP) em Letras com habilitação em Língua Francesa e Língua Portuguesa. - Especialização em Design Instrucional para Educação a Distância pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor de Língua Francesa na rede estadual de ensino há, aproximadamente, 9 anos. Atualmente está lotado na Escola Bilíngue Marly Maria que atende a zona norte macapaense.
Graziela Moraes da Costa	<ul style="list-style-type: none"> - Formada em letras com habilitação em Língua Portuguesa e Francesa pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). - Especialização em Educação Especial e Inclusiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professora efetiva do Estado desde o ano de 2012 e desempenha suas atividades na disciplina de Língua de Francesa na Escola Estadual Professor Afonso Arinos de Melo Franco.
Hanna Line Silva de Lima	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Francesa e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). - Especialização em produção de material didático e formação de mediadores de leitura para Educação de Jovens e Adultos também pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). 	<ul style="list-style-type: none"> - Professora de Língua Francesa desde 2013 na Escola Estadual Santos Dummond localizada no município de Santana.
Lara Maísa Silveira Sousa	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciada em Letras com habilitação em Língua Francesa e Bacharel em Letras com Habilitação em Tradução de Francês. - Em 2017 entrou para o Programa de Pós-graduação da Universidade do estado do Amapá (UEAP), no curso de Especialização em Metodologias do Ensino de Línguas e Literaturas Estrangeiras onde aprimorou seus estudos pelo FLE. Atualmente é presidente da APROFAP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professora de Língua Francesa na Escola Estadual Coelho Neto e integra o grupo de pesquisas NAPLE - Núcleo Amapaense de Pesquisa em Línguas e Literaturas Estrangeiras, vinculado à UNIFAP.

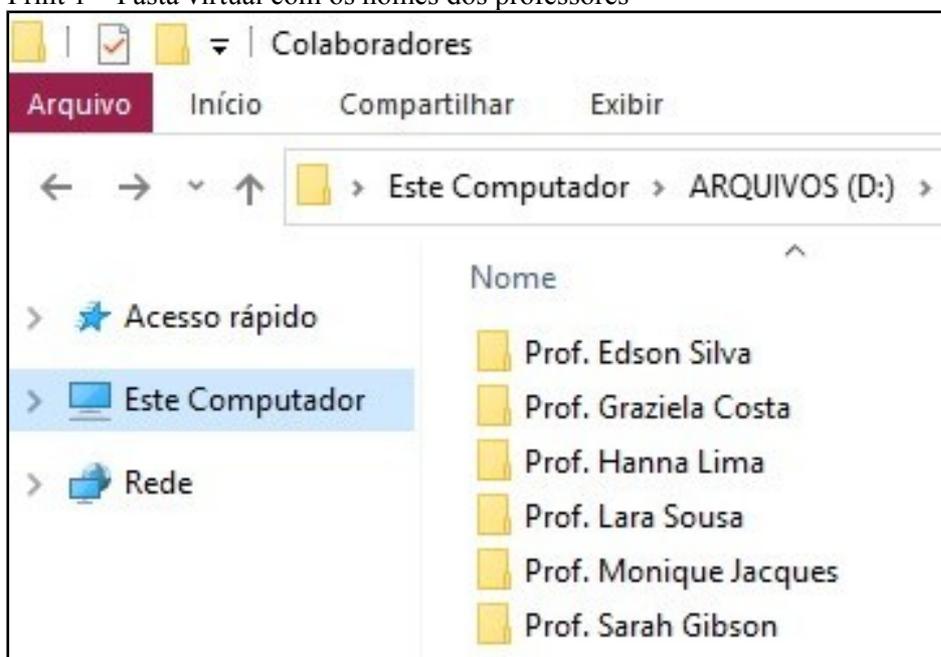
Monique dos Santos Jacques	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Francesa e suas Literaturas. - Especialização em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP). - Está cursando Mestrado em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leciona Língua Francesa na Escola Estadual Professora Joanira Del Castillo no município de Santana.
Sarah Cristina Gibson Guedes	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Língua Francesa pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). - Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e das Literaturas de Expressão Francesa pela Faculdade Apoena. 	<ul style="list-style-type: none"> - É professora de Língua Francesa na Escola Estadual Professor Zolito de Jesus Nunes localizada na zona urbana de Macapá. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas.

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

3.2.2 Recebimento e padronização das atividades

Após o momento destinado ao contato com os colaboradores para explicação do projeto, começou a etapa de recebimento, via e-mail, do material que cada professor elaborou ou disponibilizou, a partir de seu acervo pessoal, para que pudesse constar no layout do blog. Foi criada uma pasta virtual denominada “Colaboradores” e seis sub-pastas com o nome de cada professor listados por ordem alfabética (PRINT 1). Para as sub-pastas foi enviado o download do material que cada professor havia submetido para o e-mail.

Print 1 – Pasta virtual com os nomes dos professores



Fonte: A Autora (2022).

Como já relatado em outro momento no relatório, o único tratamento ao qual as atividades passaram refere-se à padronização de todos os arquivos recebidos. As atividades foram enviadas para o e-mail em formato Word com o intuito de facilitar o manuseio do processo de padronização. Na ocasião, foi acrescentado, em cada arquivo, um cabeçalho nos objetos de conhecimento e exercícios propostos. Vale frisar que todas as atividades enviadas pelos seis colaboradores foram analisadas minuciosamente e estão alinhadas com o objeto de conhecimento destinado ao público do 6º ano do ensino fundamental.

Após o tratamento destinado a padronização das atividades, os documentos seguiram sendo armazenados em formato Word, entretanto, um novo formato foi inserido, no caso, o PDF. As duas formas de armazenamento justificam-se pela maleabilidade no momento que o professor necessitar fazer o uso das propostas que constam no blog. Formato Word dispõe a

possibilidade do educador fazer alterações na atividade e aplicá-la na forma que lhe convir. Por sua vez, o formato PDF já está alinhado necessitando apenas do download do arquivo para sua impressão.

No cabeçalho de padronização constam informações como a logomarca do blog, nome da escola, nome do(a) professor(a), nome do(a) aluno(a), turma e data. Nos Prints 2, 3, 4, 5 e 6 pode-se observar, ainda que de forma simplificada, como ficaram as atividades depois do processo de padronização.

O único arquivo que não passou por tratamento de padronização fora o elaborado pelo Professor Edson Silva. A atividade, gentilmente cedida pelo educador, já contava com uma formatação específica incluindo a logomarca que o referido usa em todas as suas atividades. Então, optou-se por manter as características já criadas pelo proponente, exaltando assim o processo de criatividade existente em cada educador. No Print 7 a visualização da atividade proposta pelo professor supracitado.

Print 2 – Atividade da professora Graziela Moraes da Costa

	
École:	
Professeur(e):	
Élève:	
Classe:	
Date:	

Langue Française
Les Salutations
Exercice

1. Bonne journée significa?

- Tenha uma boa noite!
- Tenha um bom dia!
- Tenha um bom lanche!
- Tenha uma boa morte!
- Tenha um bom almoço!



2. Assinale a afirmação correta:

- Salut, Au revoir são cumprimentos usados somente aos sábados
- Bonjour significa: sono atrasado

Fonte: A Autora (2022).

Print 3 – Atividade da professora Hanna Line Silva de Lima

	
École:	
Professeur(e):	
Élève:	
Classe:	
Date:	

Langue Française
Les Sports

Nosso corpo é capaz de fazer os mais diversos movimentos e resistir às mais diversas provas e atividades quando treinado para isso. Exemplo disso, são os atletas. Vimos muitos deles nas olimpíadas deste ano, competição essa reúne atletas do mundo todo para competirem nas mais diversas categorias de diversos esportes. Praticar esportes ou alguma atividade física, seja ela dança ou outra é importante para mantermos o bem-estar da mente e a saúde do corpo. Veja abaixo o nome de alguns esportes e atividades físicas em língua francesa.



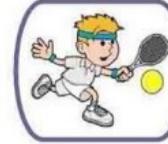
Le football



Le basketball



La natation



Le tennis

Fonte: A Autora (2022).

Print 4 – Atividade da professora Lara Máisa Silveira Sousa

	
École:	
Professeur(e):	
Élève:	
Classe:	
Date:	
<p>Langue Française</p> <p>Le monde de la Francophonie</p> <p>Éxercice</p>	
1 - Observez l'image:	
	

Fonte: A Autora (2022).

Print 5 – Atividade da professora Monique dos Santos Jacques

	
École:	
Professeur(e):	
Élève:	
Classe:	
Date:	
<p>LANGUE FRANÇAISE</p> <p>LES NOMBRES</p>	
	
	

Fonte: A Autora (2022).

Print 6 – Atividade da professora Sarah Cristina Gibson Guedes

	
École:	
Professeur(e):	
Élève:	
Classe:	
Date:	

Langue Française

Les parties du corps

Exercice

01 – Observe a imagem abaixo e assinale a opção que **NÃO** apresenta as partes do corpo mostrada na ilustração.



- () Nombriil, poitrine, dos.
- () Jambe, genou, orteils.
- () Pied, ongle, cheville.

02 – Como se diz **ombro** em francês?

- () épaule
- () paume
- () doigt

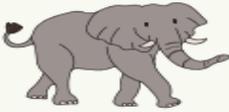


Fonte: A Autora (2022).

Print 7 - Atividade do professor Edson da Conceição da Silva



L'ALPHABET

<p>Aa</p>  <p>Abeille</p>	<p>Bb</p>  <p>Baleine</p>	<p>Cc</p>  <p>Chat</p>	<p>Dd</p>  <p>Dauphin</p>
<p>Ee</p>  <p>Éléphant</p>	<p>Ff</p>  <p>Fourmi</p>	<p>Gg</p>  <p>Girafe</p>	<p>Hh</p>  <p>Hérisson</p>

Fonte: A Autora (2022).

Das atividades iniciais que foram propostas para o blog a elaborada pela professora Monique Jacques atende aos princípios instigados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como proposta de trabalho para os alunos que precisam de atendimento diferenciado.

As atividades dos alunos portadores de necessidades especiais precisam ser adaptadas de acordo com o perfil do educando para que este consiga acompanhar o andamento das aulas em conjunto com os demais alunos. Atividades desse porte tem o objetivo de fazer com que o aluno conheça o objeto de conhecimento que está sendo visto em sala de aula, além de promover a interação social deste educando com os demais.

Como sugestão para elaborar essas atividades o professor pode trazer atividades como corte e colagem, pareamento, transcrição, palavra cruzadas, caça-palavras, imagens com boa resolução, estimular tarefas em grupo ou dupla, tudo dentro do objeto do conhecimento trabalhado em sala, com comandos simples e objetivos que instiguem a independência do aluno. Sempre que houver oportunidade é interessante o professor conhecer o hiperfoco do educando em questão e tentar alinhar com o assunto trabalhado naquele momento. Além do mais, manter uma comunicação constante com os profissionais que desempenham suas atividades no atendimento educacional especializado é de suma importância para o êxito dessas atividades colaborativas.

3.2.3 O blog

Todos os seres humanos quando nascem são batizados com um nome e este o acompanhará por toda a sua trajetória e reflete, na maioria das vezes, algo que represente algum sentido para aqueles que batizaram. Um significado forte, junção de outros nomes ou estética, enfim, existe um leque de possibilidades que justificam tal ato.

Para o processo de escolha do nome do blog não foi diferente. Um nome que pudesse imbricar características da região concebida entre Amapá e Guiana Francesa era o ponto forte nesta escolha e tucuju era a palavra que, disparadamente, ganhava nesta disputa ao levantar palavras que revelassem a identidade do amapaense assim como a sigla FLE estava no topo para representar o lado francoguianense. Nascera, então, no dia 15 de Maio de 2022 o TucujuFle.

O termo tucuju faz referência aos primeiros povos habitantes desta terra, os índios tucujus. Parte desses índios espalharam-se pela região das Guianas passando, posteriormente por um processo de aculturação. Os que permaneceram no Amapá sofreram uma drástica

redução demográfica até serem extintos por volta de 1758. A sigla FLE, por sua vez, é utilizada para denominar Français Langue Étrangère, no português, Francês Língua Estrangeira.

Para a elaboração da logomarca que consta no blog fora utilizado um aplicativo denominado Canva e que está disponível de forma gratuita na internet nas plataformas de download. Nem todo conteúdo que está no aplicativo pode ser visualizado previamente, pois algumas ferramentas que lá se encontram só podem ser exploradas mediante pagamento. Entretanto, a logomarca que foi utilizada para caracterizar o blog e todo seu conteúdo estava disponibilizada de forma gratuita. Optou-se por uma logo com elementos que pudessem remeter a natureza local de forma objetiva. Então, para fazer menção a terra um dia pertencida aos tucujus optou-se pelo tom terroso, a flora local fora representada por uma espécie de palmeira seguida do nome do blog, conforme pode ser observada no Desenho 1.

Desenho 1 – Logomarca do Blog



Fonte: A Autora (2022).

O conteúdo do TucujuFle concentra-se em duas abas. A Primeira, a página de apresentação, é denominada “Início” e traz consigo um breve texto de boas vindas aos seus usuários e informações sobre o público alvo do blog. Há também nesta sessão a possibilidade do usuário fazer seu login, não sendo este meio necessário para ter acesso ao conteúdo do referido. Na parte direita inferior os usuários contam com uma caixa de conversa que os encaminha para o chat da página onde podem ser sanadas possíveis dúvidas (PRINT 8).

Print 8 – Página inicial do Blog



Fonte: A Autora (2022).

Ainda nesta aba inicial, os usuários poderão conhecer os seis professores da rede estadual de ensino que contribuirão produzindo ou disponibilizando suas atividades para que pudessem constar no blog. Há a imagem de cada um dos seis professores e abaixo das foto existe um texto com as informações profissionais de cada educador. No Print 9 um breve exemplo de como está estruturado no site.

Print 9 – Exemplo de como está estruturado o site com as informações dos professores colaboradores

Conheça nossos colaboradores!

	
<p style="text-align: center;">Hanna Lima</p> <p>Professora licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Francesa e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Possui especialização em produção de material didático e formação de mediadores de leitura para Educação de Jovens e Adultos também pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).</p>	<p style="text-align: center;">Edson Silva</p> <p>Professor formado pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP) em Letras com habilitação em Língua Francesa e Língua Portuguesa e possui especialização em Design Instrucional para Educação a Distância pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE).</p>

Fonte: A Autora (2022).

Posteriormente, os usuários podem visualizar um quadro com informações sobre a localização, de forma sucinta, onde o blog fora desenvolvido e o endereço eletrônico vinculado ao site para qual podem encaminhar seus arquivos, caso queiram colaborar com a manutenção das postagens. Levando ainda em consideração a possibilidade de manter contato, na parte direita da página concentram-se duas formas de comunicação entre equipe e usuário (PRINT 10).

Uma caixa de diálogo, previamente estruturada, está disponibilizada apenas para que as informações pessoais como nome, e-mail, telefone e endereço sejam completadas seguidas do assunto e mensagem que deseja encaminhar para a equipe. Além do mais, a primeira forma de contato já citada, o chat, caminha a todo momento nas sessões do blog.

Print 10 – Página com as informações sobre localização onde o Blog foi desenvolvido e endereço eletrônico vinculado ao site

Quer colaborar com a gente? Entra em contato!

Macapá - Amapá - Brasil
moniquejacques664@gmail.com

Nome *
Insira seu nome

Email *
Insira seu email

Telefone
Insira seu telefone

Endereço
Insira seu endereço

Assunto
Insira o assunto

Mensagem
Digite sua mensagem aqui

Enviar

Vamos conversar por chat

Fonte: A Autora (2022).

Na segunda aba do TucujuFle denominada “Blog” podem ser visualizados os arquivos de todos os professores que encaminharam suas atividades via e-mail. A ordem de aparição das atividades na sessão seguem unicamente o quesito de última atualização feita pela gerência do site. Ou seja, a última atividade que fora inserida no blog para ser postada passa a ser a primeira em exibição.

Todas as postagens feitas seguem uma padronização. Fora inserida de forma manual a logomarca do site, o objeto de conhecimento em questão e um texto sobre o que está sendo disponibilizado naquele post. O próprio site evidencia quem postou aquela atividade, há quanto tempo a atividade está exposta, quando foi feita a última atualização na postagem,

número de visualizações e comentários, além da possibilidade de “curtir” a postagem feita. No Print 11 segue a visualização das seis propostas de atividades que foram lançadas, inicialmente, no blog.

Print 11 – As seis propostas iniciais de atividades lançadas no Blog



Fonte: A Autora (2022).

Nas postagens feitas os arquivos seguem disponibilizados em dois formatos de mídia para que possa ser realizado o download: Word e PDF. O nome do arquivo está disposto com o objeto de conhecimento que será visto assim como o nome do educador que disponibilizou a tarefa para ser postada no blog (PRINT 12).

Print 12 – Modelo de postagens com a disponibilização dos arquivos em dois formatos (Word e Pdf) para download



Les Parties du Corps

Atualizado: 18 de mai.

Proposta de atividade relacionada as partes do corpo.



Les Parties du Corps - Prof. Sarah Gibson.docx
Fazer download de DOCX • 1.01MB

Les Parties du Corps - Prof. Sarah Gibson.pdf
Fazer download de PDF • 624KB

Fonte: A Autora (2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório técnico teve como intuito demonstrar o quão valioso é para uma comunidade a criação de políticas linguísticas educativas que possam representar da forma mais próxima possível o contexto linguístico no qual se está inserido. O ato de formular e decidir sobre políticas linguísticas não é em si um problema desde que essas possam refletir o que, de fato, a sociedade almeja mediante a intervenção proposta. O fato das discussões sobre política linguística não estarem incluídas nas falas dos nossos representantes políticos acarreta em danos inimagináveis as ações balizadoras, vindas da sociedade como forma de resistência, que são estruturadas para este viés.

No Amapá é explícita a falta de políticas linguísticas educativas que garantam a permanência da disciplina de língua francesa nas escolas da rede estadual de ensino e é de fundamental importância para a sociedade amapaense, que respira um contexto transfronteiriço, que essas medidas possam existir e assim acolher os anseios deste povo.

Como produto deste estudo, é apresentado a comunidade o Blog TucujuFle que fora estruturado de forma colaborativa e teve a participação de seis professores de língua francesa de diversas instituições públicas de ensino do Estado e colocado à disposição, de forma online, da comunidade escolar e simpatizantes da língua estrangeira. A intenção é que a comunidade escolar e simpatizantes possam apropriar-se do blog como ferramenta digital e assim fazer o usufruto deste meio na forma que melhor convir. No blog, além do conteúdo voltado para a língua francesa, são destacadas possibilidades de participação dos usuários para que estes possam colaborar na construção e manutenção da página.

É importante lembrar que medidas como essas, em que pese a voz do povo na esperança de ser ouvida, trazem inúmeros benefícios para a comunidade linguística pois fortalecem traços linguísticos-culturais, dão visibilidade a representatividade, além de demonstrar a resistência linguística da sociedade francoamapaense.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. Processo nº 0021.0571.1177.0001/2021-GAB/SEED. A possibilidade de inclusão da Língua Francesa na Educação Básica do sistema de ensino amapaense. **Diário Oficial do Amapá**: seção 02, Macapá, AP, ano 2022, n. 7.631, p. 53-67, 22 mar. 2022.
- ARAÚJO, Michele Costa Meneghetti Ugulino de. **Potencialidades do uso do blog em educação**. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.
- BALTAZAR, Neusa; AGUADED, Ignacio. Weblogs como recurso tecnológico numa nova educação. **Revista de Recensões de Comunicação e Cultura**, p. 1-9, 2005.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96**. Brasília: 1996.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96**. Brasília: Senado Federal, 2017. 58 p.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CARINI, Anderson; MACAGNAN, Maria Júlia Padilha; KURTZ, Fabiana Diniz. Internet e ensino de línguas: uma proposta de atividade utilizando vídeo disponibilizado pelo YouTube®. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 11, n. 2, p. 469-485, 2008.
- CAVLAK, Iuri; GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa e Amapá: dinâmicas políticas e econômicas (1940-1945). **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 1, p. 189-199, 2014.
- DALINGHAUS, Ione Vier. Uma reflexão imprescindível e inadiável sobre políticas linguísticas em contextos fronteiriços. **Web revista de debates: questões de linguística e linguagem**. v. 6, jun. 2009. Disponível em: <http://cepad.net.br/linguisticaelinguagem/EDICOES/06/Arquivos/06.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020. Acesso em: 5 Ago.2020.
- DAY, Kelly Cristina Nascimento. A ilha Amapá-panorama ecolinguístico da fronteira franco-brasileira. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 53, 2016a.
- DAY, Kelly Cristina Nascimento. Línguas estrangeiras na contracorrente da Política Linguística educativa nacional: o ensino do francês no Amapá. **Línguas & Letras**, v. 20, n. 46, 2019b.

DAY, Kelly Cristina Nascimento. **Políticas linguísticas em conflito no Amapá: impactos e contradições da LDB 9394/96 e da lei 11.161/2005**. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016b.

DAY, Kelly Cristina Nascimento. Política e planificação linguísticas na fronteira Franco-Brasileira: Contrassensos da Perspectiva Local. *In*: OLIVEIRA, Edna; VASCONCELOS, Eduardo; SANCHES, Romário (org.) **Estudos Linguísticos na Amazônia**. Campinas: Pontes, 2019a.

DAY, Kelly Cristina Nascimento; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. O ensino de línguas estrangeiras no Brasil: questões de ordem político-linguísticas. **Fórum Linguístico**, v. 12, n. 1, p. 560-567, 2015.

FONSECA, Jean Cláudio Santos. Aspectos da dinâmica territorial na fronteira Amapá-Guiana Francesa sob a influência da integração: 1995 a 2007. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPUR, v. 14, n. 1, 2011.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, v. 17, p. 21-39, jul/dez. 2012.

GRIN, François. **L’enseignement des langues étrangères comme politique publique**. Paris: Haut Conseil de l’Evaluation de l’Ecole, n. 19, 2005. 131 p.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; MURTA, Flávio Cançado; SILVA, Mislene Dalida. A aplicabilidade das ferramentas digitais da Web 2.0 no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Contexto & Educação**, v. 33, n. 104, p. 34-59, 2018.

LAGARES, Xoán Carlos. Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 60, n. 3, p. 874-877, 2018.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Relações Bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global. 2008a.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Do conflito à cooperação: a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa e a cooperação fronteiriça Brasil-França no contexto global. **32 Encontro Anual da ANPOCS**, 2008b.

MENDONÇA, Mileny Távora de; DAY, Kelly Cristina Nascimento. Ensino de línguas e formação profissional em contexto de fronteira: motivações e representações do francês no Amapá. **LínguaTec**, v. 4, n. 1, p. 110-130, 2019.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do; TOSTES, José Alberto. Oiapoque – “Aqui começa o Brasil”: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR - 156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANPPAS, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-808-726-20080510190744.pdf>. Acesso em: 3 out. 2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; MORELLO, Rosângela. A fronteira como recurso: o bilinguismo português-espanhol e o projeto escolas interculturais bilíngues de fronteira do MERCOSUL (2005-2016). **Revista iberoamericana de educación**, v. 81, n. 1, p. 53-74, 2019.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 145-153, 2016.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa**. 2. ed. Belém: SECULT, 1993. 250 p.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999. 270 p.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; LE TOURNEAU, François-Michel. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana francesa (França). **Mercator**, Fortaleza, v. 18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/BRWGLfMVpXYhd3B3BKG4v4R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França: mudança de usos políticos-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). **Confins**, Paris, São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6040>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SOUZA, Marina Mello de Menezes Félix de. As Política Linguísticas Públicas Educativas (PLPE): O caso das regiões fronteiriças do Brasil. *In*: OLIVEIRA, Edna; VASCONCELOS, Eduardo; SANCHES, Romário (org.) **Estudos Linguísticos na Amazônia**. Campinas: Pontes, 2019, p. 137-152.

STEFFEN, Giana Targanski. Rojo, Roxane; Moura, Eduardo [org.]. Multiletramentos na escola, Parábola Editorial, 2012. ISBN: 978-85-7934-041-3. **Ilha do Desterro: A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, n. 64, p. 256-261, 2013.

SUPERTI, Eliane. A Fronteira Setentrional da Amazônia Brasileira no contexto das políticas de integração sul-americana. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, n. 4, p. 1-16, 2012.

TORMENA, Tayana de Alencar. **Política lingüística implícita na virada do século XXI: o programa nacional do livro didático**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco Carvalho. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 3, p. 73-97, 2016.

VIEIRA, Eline Sahade Magalhães; DE PAULA BELO, Priscila Alves; FREIRE, Vitória Chérída Costa. A possibilidade de utilização do blog como ferramenta educacional. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2020. Acesso em: 15 mar. 2021.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Materiais didáticos de língua estrangeira: aspectos de análise, avaliação e adaptação. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 8, n. 32, p. 67-78, 2010.

ANEXO A – LAUDO ARBITRAL DE 1900 – BRASIL/FRANÇA